



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Junho 2019

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras.....	1
Balanco Patrimonial	1
Demonstração do Resultado do Exercício	2
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa	4
Demonstração do Valor Adicionado	5
Notas Explicativas	6
Nota 1 – Contexto operacional	6
Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras	6
Nota 3 – Principais práticas contábeis	9
Nota 4 – Disponibilidades	15
Nota 5 – Títulos e valores mobiliários (TVM) e Instrumentos Financeiros	15
Nota 6 – Repasses Interfinanceiros	19
Nota 7 – Operações de Crédito	20
Nota 8 – Financiamentos e repasses concedidos	20
Nota 9 – Provisão para perdas	22
Nota 10 – Impostos e Contribuições a recuperar ou compensar	23
Nota 11 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Ativo	23
Nota 12 – Créditos com o Tesouro Nacional	24
Nota 13 – Depósitos Judiciais	25
Nota 14 – Obrigações por repasses do país	25
Nota 15 – Obrigações por repasses do exterior	27
Nota 16 – Fundos financeiros e de desenvolvimento	27
Nota 17 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Passivo	30
Nota 18 – Contingências	31
Nota 19 – Obrigações sobre recursos	32
Nota 20 – Patrimônio Líquido	33
Nota 21 – Receitas	34
Nota 22 – Realização do custo atribuído	34
Nota 23 – Receitas da intermediação financeira	34
Nota 24 – Despesas da intermediação financeira	35
Nota 25 – Remuneração aplicação Tesouro Nacional	37
Nota 26 – Rendas de administração	37
Nota 27 – Inspeção, acompanhamento e outros	38
Nota 28 – Despesas com pessoal e encargos	38
Nota 29 – Despesas administrativas	39
Nota 30 – Despesas tributárias	40
Nota 31 – Outras receitas operacionais	40
Nota 32 – Tributos sobre o lucro	41
Nota 33 – Partes Relacionadas	42
Nota 34 – Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos	45
Anexo	47
Relatório Semestral do Comitê de Auditoria - COAUD	47

BALANÇO PATRIMONIAL

Em milhares de Reais

ATIVO	Notas	30/06/2019	31/12/2018	PASSIVO	Notas	30/06/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE		9.099.699	9.722.206	PASSIVO CIRCULANTE		3.560.393	1.883.697
Disponibilidades	4	166.631	809.508	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		2.844.357	1.182.431
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	5	6.466.264	6.318.449	BNDES	14.1	2.842.457	1.182.431
Repasses Interfinanceiros	6	128.938	114.552	ANP	14.3	1.900	-
Operações de Crédito	7	2.219.258	2.430.232	Obrigações por Repasses do Exterior		41.021	5.709
Operações de Crédito		2.335.444	2.520.582	BID	15	41.021	5.709
Provisão para Perdas	9	(116.186)	(90.350)	Outras Obrigações		675.015	695.557
Outros Créditos		116.786	47.490	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		532.613	518.300
Impostos e Contribuições a Recuperar / Compensar	10	76.910	33.734	FNDCT	16.1	493.209	485.607
Taxa de Administração		26.827	1.071	FUNTTEL	16.2	34.788	25.909
Adiantamentos Salariais		7.897	3.167	FAT	16.3	4.616	6.784
Contas a Receber FNDCT		3.605	6.231	Diversas		142.402	177.257
Rendimentos de Aplicação no Tesouro		324	1.801	Fiscais e Previdenciárias		69.540	61.026
Outros		1.223	1.486	Provisão para 13º Salário e Férias		32.376	26.711
Outros Valores e Bens		1.822	1.975	Fornecedores		19.773	22.550
				Participações sobre o Lucro a Pagar		12.856	12.867
				Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Pagar		-	49.530
				Diversas		7.857	4.573
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.987.915	9.290.733	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		12.460.768	15.014.134
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.898.761	9.208.210	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais		1.785.089	4.162.770
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	5	222.756	214.403	BNDES	14.1	1.785.089	4.162.770
Repasses Interfinanceiros	6	608.729	570.247	Obrigações por Repasses do Exterior	15	1.163.326	1.163.326
Operações de Crédito	7	7.540.214	7.935.200	Outras Obrigações		9.512.353	9.688.038
Operações de Crédito		8.174.370	8.648.746	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento		9.313.603	9.520.198
Provisão para Perdas	9	(634.156)	(713.546)	FNDCT	16.1	7.969.187	8.125.098
Outros Créditos		527.062	488.360	FUNTTEL	16.2	1.310.563	1.345.352
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11	365.484	330.283	FAT	16.3	33.853	49.748
Créditos com o Tesouro Nacional	12	117.942	115.926	Diversas		198.750	167.840
Depósitos Judiciais	13	61.913	60.780	Provisão para Contingências	18	95.342	94.076
Depósitos Especiais		7.194	6.842	Obrigações sobre Recursos	19	46.952	45.604
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(25.471)	(25.471)	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17	30.031	25.624
PERMANENTE		89.154	82.523	Depósitos e Cauções		16.440	2.536
Imobilizado de Uso		86.138	76.877	Arrendamento de Imóveis		9.985	-
Imóveis de Uso		110.715	97.672	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.066.453	2.115.108
Outras Imobilizações de Uso		18.071	19.304	Capital Social	20.1	1.624.994	1.624.994
Depreciações Acumuladas		(42.648)	(40.099)	Reserva Margem Operacional	20.2	426.088	419.458
Intangível		3.016	5.646	Reserva Legal	20.3	69.950	69.950
Intangíveis		25.092	24.957	Reservas de Reavaliação	20.4	2.638	2.638
Amortizações Acumuladas		(22.076)	(19.311)	Ajustes de Avaliação Patrimonial		(1.136)	(1.932)
				Lucros / (Prejuízos) Acumulados		(56.081)	-
TOTAL DO ATIVO		18.087.614	19.012.939	TOTAL DO PASSIVO		18.087.614	19.012.939

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	30/06/2019	30/06/2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		773.930	623.517
Operações de Crédito	23.1	546.734	599.098
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	23.2	227.196	24.419
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(676.660)	(587.184)
Operações de Empréstimos e Repasses	24.1	(507.359)	(510.095)
Provisão para Perdas	24.2	(169.301)	(77.089)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		97.270	36.333
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(134.477)	70.986
Receitas com Administração	26	34.970	32.882
Remuneração Aplicação Tesouro Nacional	25	13.886	215.372
Receitas com Inspeção, Acompanhamento e Outros	27	10.059	7.453
Despesas com pessoal e encargos	28	(123.984)	(151.695)
Despesas administrativas	29	(40.725)	(39.556)
Despesas tributárias	30	(19.163)	(19.066)
Outras receitas operacionais	31	6.684	37.131
Outras despesas operacionais		(16.204)	(11.535)
RESULTADO OPERACIONAL		(37.207)	107.319
Outras receitas e (despesas)		(109)	-
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL E DAS PARTICIPAÇÕES		(37.316)	107.319
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	32	(54.597)	(58.246)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32	35.832	11.192
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(56.081)	60.265

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Outros Resultados Abrangentes					Reservas de Lucros					Lucros / (Prejuízos)		Demonstração do
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total	Reserva Legal	Reserva para Retenção de Lucros	Reserva Margem Operacional	Total	Acumulados	Total	Resultado Abrangente Total da Companhia	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	1.101.552	1	2.638	15.572	18.210	60.918	820.831	-	881.749	(0)	2.001.512	5.005	
Aumento de Capital Social	523.442	-	-	-	-	-	(523.442)	-	(523.442)	-	-	-	
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência para Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
IRPJ e CSLL sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquido de Impostos	-	-	-	(458)	(458)	-	-	-	-	458	-	(458)	
Ajuste a Valor de Mercado de TVM Disponíveis para Venda	-	-	-	(17.046)	(17.046)	-	-	-	-	-	(17.046)	(17.046)	
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180.171	180.171	180.171	
Reserva Legal	-	-	-	-	-	9.032	-	-	9.032	(9.032)	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.134)	(48.134)	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.396)	(1.396)	-	
Reserva para Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Margem Operacional	-	-	-	-	-	-	(297.390)	419.457	122.067	(122.067)	-	-	
Ajustes	-	(1)	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	1.624.994	-	2.638	(1.932)	706	69.950	(0)	419.457	489.407	-	2.115.107	162.667	
Aumento de Capital Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Absorção de Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transferência para Reserva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
IRPJ e CSLL sobre Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de IRPJ e CSLL Diferidos sobre a Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial Líquido de Impostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste a Valor de Mercado de TVM Disponíveis para Venda	-	-	-	796	796	-	-	-	-	-	796	796	
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(56.081)	(56.081)	(56.081)	
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Margem Operacional	-	-	-	-	-	-	-	6.631	6.631	-	6.631	-	
Ajustes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	1.624.994	-	2.638	(1.136)	1.502	69.950	-	426.088	496.038	(56.081)	2.066.453	(55.285)	

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	30/06/2019	30/06/2018
Atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) líquido antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social e das Participações	(37.317)	107.318
Despesas e (Receitas) que não afetam as disponibilidades	191.448	30.918
Constituição (reversão) de provisão para perdas	169.301	77.089
Constituição (reversão) de provisão para contingências	14.470	(11.426)
Juros Pró-Rata (Ativos) / Passivos	3.585	(34.489)
Atualização de outros créditos	(2.016)	(2.270)
Juros sobre créditos tributários	(539)	(1.973)
Depreciações e amortizações	6.647	3.987
Variação de ativos e obrigações		
(Aumento) / diminuição líquido em créditos por financiamento e repasse	380.251	731.712
(Aumento) / diminuição líquido em títulos e valores mobiliários	(2.520)	(520)
(Aumento) / diminuição líquido nas demais contas do ativo	14.615	(6.439)
Aumento / (diminuição) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses e fundos financeiros	(872.769)	(1.227.727)
Aumento / (diminuição) líquido nas demais contas do passivo	(26.895)	19.761
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(84.704)	(32.812)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	(437.891)	(377.789)
Atividades de investimentos		
Movimentação líquida do permanente	(13.278)	(905)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(13.278)	(905)
Atividades de financiamentos		
Juros sobre o capital próprio pagos	(43.893)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(43.893)	-
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(495.062)	(378.694)
Modificação na posição financeira		
Início do exercício		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	7.127.957	6.138.036
Final do exercício		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.632.895	5.759.342
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(495.062)	(378.694)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	30/06/2019		30/06/2018	
RECEITAS	670.168		839.179	
Intermediação Financeira	773.930		623.517	
Aplicação no Tesouro Nacional	13.886		215.372	
Prestação de Serviços	34.970		32.882	
Tarifas Bancárias	10.059		7.453	
Reversão (Provisão) para perdas	(169.301)		(77.089)	
Outras	6.624		37.044	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(507.359)		(510.096)	
Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(277.009)		(290.768)	
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(230.350)		(219.328)	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(32.261)		(30.187)	
Materiais, energia e outros	(5.449)		(8.928)	
Serviços de terceiros	(10.609)		(9.723)	
Outras	(16.203)		(11.536)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	130.548		298.896	
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(6.647)		(3.987)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	123.901		294.909	
Valor adicionado recebido em transferência	(109)		-	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	123.792	100%	294.909	100%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(123.792)	100%	(294.909)	100%
Pessoal	(104.914)	85%	(133.454)	45%
Remuneração direta	(81.057)		(107.763)	
Benefícios	(17.516)		(18.866)	
FGTS	(6.341)		(6.825)	
Impostos, taxas e contribuições	(56.552)	45%	(83.998)	29%
Federais	(54.992)		(82.677)	
Municipais	(1.560)		(1.321)	
Remuneração de capitais de terceiros	(18.407)	15%	(17.192)	6%
Aluguéis	(18.116)		(17.192)	
Arrendamento de Imóveis	(291)		-	
Remuneração de capitais próprios	56.081	(45%)	(60.265)	20%
Lucros retidos / Prejuízo do período	56.081		(60.265)	

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – Finep

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO 2º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2019

(Valores expressos em Milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Financiadora de Estudos e Projetos – Finep – é uma empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, integralmente controlada pela União.

Sendo uma empresa pública, a Finep integra a administração indireta da esfera Federal, seguindo, no que cabe, as normas aplicáveis ao setor público. Por ser dotada ainda de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se igualmente às regras aplicáveis às empresas privadas no que concerne às obrigações comerciais, cíveis, trabalhistas e tributárias definidas pela Constituição Federal.

Sua finalidade é apoiar estudos, projetos e programas para o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, tendo em vista as metas e prioridades setoriais estabelecidas nos planos do Governo Federal, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas.

A Finep Tem como propósito estar presente em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil, possuindo como valores: visão estratégica, compromisso público, excelência na gestão, valorização do seu capital humano e atitude inovadora.

Exerce também a função de Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT.

Pode ainda atuar na administração de outros fundos instituídos pelo Governo, nas condições que forem estabelecidas, mediante ato do Poder Executivo, além de outras atribuições conexas às suas finalidades.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Elaboração

As Demonstrações Financeiras da Finep foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil com o cumprimento das Normas Brasileiras de Contabilidade e observância às disposições contidas na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, na Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e na Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, incluindo os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2 Autorização de emissão

As Demonstrações Financeiras do 2º Trimestre da Finep foram autorizadas por sua Diretoria em agosto de 2019.

2.3 Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação da Finep é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes entre a data destas Demonstrações Financeiras e a data de sua autorização para emissão.

2.5 Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional da Finep, uma vez que a Administração está convicta de que esta Financiadora possui totais condições e recursos para permanecer ativa num futuro previsível.

Com base em projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital, a Administração entende reunir as informações necessárias para afirmar sua continuidade operacional. Não é de conhecimento da Administração qualquer incerteza material que possa provocar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de operação futura.

2.6 Relevância e Fidedignidade

O conjunto dessas Notas Explicativas, balizadas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade e todos os dispositivos legais destacados no item 2.1, concentra-se na intenção da publicação de informações úteis, isto é, revestidas das características qualitativas fundamentais do relatório contábil-financeiro, sendo essas: a relevância e a representação fidedigna.

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer a diferença na decisão que possa ser tomada pelo usuário, auxiliando-o a realizar previsões sobre os efeitos de eventos passados, presentes e futuros ou a confirmar ou corrigir expectativas anteriores. A informação relevante é oportuna e detém valor preditivo ou valor de *feedback*, ou ambos. A relevância se mantém ainda que determinado usuário decida não a levar em consideração ou dela tenha tomado ciência por outra fonte.

A representação fidedigna é dotada de três atributos: completa, neutra e livre de erro. A informação completa deve ser constituída do necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado. A informação neutra deve ser desprovida de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos. A informação livre de erro não significa total exatidão, mas que o processo para a sua obtenção tenha sido selecionado e realizado sem erros. No caso de estimativa, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e a natureza e as limitações do processo forem devidamente reveladas.

Conforme Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, os números significativos para o porte da entidade são materiais/relevantes por sua influência potencial nas decisões dos usuários, mas determinados valores, mesmo que pequenos em termos absolutos

ou percentuais, podem ser relevantes em função não do seu tamanho, mas de sua natureza. Isso significa que podem ser de interesse para decisão dos usuários pela importância da informação em termos de governabilidade, de possível impacto futuro, de informação social, dentre outros.

Dessa forma, essa Orientação determina que toda a informação é relevante e deve ser divulgada se sua omissão ou sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam como base no relatório contábil-financeiro de propósito geral da entidade específica que reporta a informação.

Consequentemente, se não tiver essa característica, a informação não é relevante e não deve ser divulgada.

Para fins destas Notas Explicativas, os critérios de recorte por relevância de valores adotados para fins de análise são:

- as contas do Ativo são representadas pelos valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) do Ativo Total e, também, por aquelas inferiores ao parâmetro estabelecido que sejam consideradas relevantes para a atividade fim desta Financiadora;
- as contas do Passivo são representadas pelos valores iguais ou superiores a 5% (cinco por cento) do Passivo Total e, também, por aquelas inferiores ao parâmetro estabelecido que sejam consideradas relevantes para a atividade fim desta Financiadora; e
- as contas de Resultado são representadas pelos valores iguais ou superiores a 2% (dois por cento) do Faturamento Bruto e, também, por aquelas inferiores ao parâmetro estabelecido que sejam consideradas relevantes para a atividade fim desta Financiadora.

A Norma Brasileira de Contabilidade – NBR TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, determina que a entidade não precisa fornecer uma divulgação específica, requerida por Norma, Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação do CPC, se a informação resultante da divulgação não for material, ainda que o pronunciamento contenha uma lista de requisitos específicos ou descreva-os como requisitos mínimos.

Assim, a entidade julga que as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 04 (R4) – Intangíveis, NBC TG 16 (R2) – Estoques e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado não se enquadram no conceito de relevância e materialidade, não sendo, portanto, evidenciadas em notas.

2.7 Demonstração do Valor Adicionado

A Finep, conforme disposições da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA), apresenta a referida demonstração como parte integrante das suas Demonstrações Financeiras divulgadas a cada trimestre. A DVA deve proporcionar aos usuários das demonstrações informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Regime contábil

O regime contábil adotado pela entidade é o da competência. As receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações contratadas sob a modalidade de encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata* dia, com base na variação dos respectivos indexadores firmados. As operações com encargos financeiros pré-fixados são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem-se nas disponibilidades as aplicações de curto prazo que possuam alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que não estejam sujeitas a um risco significativo de mudança de valor.

3.3 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros

Com a entrada em vigor da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros em 2018, conjugada com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 39 (R5) – Instrumentos Financeiros, define-se como instrumento financeiro qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

A entidade deve classificar ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se as seguintes condições forem atendidas simultaneamente:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se as seguintes condições forem atendidas simultaneamente:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, a exceção de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Pela natureza de suas operações a Finep poderá apresentar passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, que deverão ser mensurados subsequentemente ao valor justo.

As aplicações em fundos de investimentos de renda fixa – Extramercado – são registradas pelo custo de aquisição ajustado, diariamente, pela variação do valor das cotas informado pelos administradores dos respectivos fundos, sendo as contrapartidas registradas no resultado.

3.4 Direitos e obrigações em moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais decorrentes da liquidação das operações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração de resultado do período.

3.5 Créditos e obrigações por empréstimos e financiamentos

Estão acrescidos dos respectivos rendimentos e encargos financeiros acumulados, assim como variações monetárias e cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

3.6 Ativo e Passivo fiscal diferidos

São estabelecidos conforme a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro.

Para subsidiar a constituição de Ativos Fiscais Diferidos, a Finep apresenta, anualmente, um estudo de evidenciação da existência de lucros tributáveis futuros, sendo o mesmo apreciado e aprovado pelas instâncias decisórias internas.

3.7 Provisões, Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quando não houver norma específica.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, entretanto, quando houver claras evidências que assegurem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras quando, fundamentados na natureza das ações, na opinião de assessores jurídicos e da Administração, e na complexidade e experiência de transações semelhantes, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa,

com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Financeiras.

Em nota explicativa específica é demonstrada a provisão para contingências trabalhistas e cíveis quanto à classificação das ações em prováveis (provisionadas e divulgadas) e possíveis (divulgadas). As ações classificadas como remotas não são registradas, não havendo a necessidade de divulgação em notas explicativas.

3.8 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, de reavaliação espontânea e de custo atribuído (*deemed cost*) permitido pelo ICPC-10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 (R1) e 43 (R1); ajustado por depreciações acumuladas, que são calculadas pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixado por espécie de bens, como segue:

Espécie de bens	Taxas
Imóveis (Ajuste de Avaliação Patrimonial)	2% a.a.
Imóveis	4% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Equipamentos de processamento de dados	20% a.a.
Benfeitorias em imóvel de terceiros	54% a.a.

A taxa de 2% a.a. é utilizada para a categoria imóveis em função do laudo de avaliação independente base para o custo atribuído (*deemed cost*).

3.9 Intangível

Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado pela amortização acumulada, quando aplicável, calculada pelo método linear a taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil correspondente a 20%^{a.a.} e de recuperação econômica, constituindo-se basicamente de softwares, excetuando-se os ativos que apresentam incorporações ao longo de sua vida útil.

3.10 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável. Quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, apurado pelo maior valor entre: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, deve ser reconhecida uma perda no resultado do período.

Para o exercício de 2019, a Finep elaborará o teste para seus bens imóveis utilizando o valor de mercado do metro quadrado de prédios comerciais no bairro em que seus imóveis estão localizados, visando identificar se haverá indicação (ou não) de perda por redução ao valor recuperável. Para seus bens móveis, a Administração entende não haver necessidade de elaboração de teste, uma vez que se tratam de bens de baixo valor agregado e que não geram resultados para a empresa.

Os investimentos em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros também são testados utilizando o valor de mercado, havendo ajuste na categoria de fundos de investimentos detalhado em nota específica.

Eventuais ajustes necessários serão registrados quando da elaboração das Demonstrações Financeiras anuais da Finep.

3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Esses tributos são calculados e registrados de acordo com a aplicação das alíquotas base vigentes na data de elaboração das Demonstrações Financeiras. Os tributos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil ao mês, considerando a eventual compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A contribuição social sobre o lucro líquido do exercício, corrente e diferida, é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável (até agosto de 2015 a alíquota praticada era de 15%, sendo majorada em 5 pontos percentuais pela Lei n.º 13.169, de 6 de outubro de 2015, para o período compreendido entre 01 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, e a partir de 01 de janeiro de 2019 a alíquota praticada passou a ser de 15%), considerando a eventual compensação de base negativa, limitada a 30% do lucro tributável.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

3.12 Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, observando, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata* dia e Provisão para Perdas, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata* dia.

3.13 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas, orientações e interpretações que foram recentemente emitidas pelo CPC, com vigência prevista para 01.01.2019, a saber:

- CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A partir do exercício social de 2019, conforme NRG TG 06 (R3) — Operações de Arrendamento Mercantil, as empresas arrendatárias deverão reconhecer os pagamentos a serem realizados (passivo), assim como os direitos de uso dos ativos arrendados para todos os contratos de arrendamento mercantil, com exceção dos

casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

- CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria

A NBG TG 49 dispõe sobre a contabilização e a apresentação de informações pelo plano de benefícios de aposentadoria – planos de contribuição definida ou de benefício definido ou de “contribuição variável”¹ – a todos os participantes como um grupo, sem abertura, portanto, das informações individuais dos seus beneficiários finais. O Plano de benefício de aposentadoria consiste no acordo pelo qual a entidade oferece benefícios a seus empregados por ocasião do término do período de serviço ou após esse término (seja na forma de renda anual ou por valor global), quando esses benefícios, ou as contribuições feitas a eles, podem ser determinados ou estimados antes da aposentadoria, a partir das disposições de documentos ou das práticas da entidade.

O pronunciamento CPC 49 complementa o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, o qual dispõe sobre a determinação do custo de benefícios de aposentadoria (ou benefício previdenciário) nas demonstrações contábeis de empregadores que possuem planos.

3.14 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros

A partir de 2018, em virtude da entrada em vigor da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48, a Finep propôs à Administração uma metodologia complementar para a sua Provisão para Perdas. Além da já existente provisão sobre perdas incorridas, esta Financiadora construiu a sua metodologia para registro de perdas esperadas.

3.15 Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil

A partir de 2019, em virtude da entrada em vigor da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 06 (R3), todos os contratos de aluguel e/ou arrendamento passam a ter o mesmo tratamento contábil.

Na Finep, o contrato de aluguel mais relevante é o de salas e escritórios, cuja celebração se deu em 01.04.2014 e, em seu momento original, o mesmo não foi identificado como sendo um contrato que contivesse arrendamento, recaindo sobre ele o conceito exposto no CPC 06 (R2), a saber:

"A definição de arrendamento mercantil inclui contratos para o aluguel de ativo que contenham condição, dando ao arrendatário a opção de adquirir o ativo após o cumprimento das condições acordadas. Esses contratos são por vezes conhecidos como de aluguel-compra."

O contrato em questão não faz qualquer menção a opção de compra por parte da Finep, ou seja, o mesmo não fora, portanto, considerado como arrendamento mercantil na data inicial.

Dessa forma, conforme o expediente prático do CPC 06 (R2), a Finep não é obrigada a reavaliar se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, sendo possível não aplicar o CPC 06 (R2) a este contrato, uma vez que o mesmo não foi anteriormente identificado como contendo arrendamento, utilizando, assim, o CPC 06 (R2).

¹ Trata-se da combinação entre planos com características de contribuição definida e de benefício definido.

3.16 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Finep avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

- Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados ao valor justo, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita da intermediação financeira, na Demonstração do Resultado.

- Dividendos

A receita é reconhecida quando o direito da empresa de receber o pagamento for estabelecido, o que geralmente ocorre quando os acionistas aprovam o dividendo.

3.17 Operações de Crédito e Provisão para Perdas

As operações de crédito realizadas pela empresa têm natureza de financiamento e são voltadas para projetos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Dessa forma, além dos critérios econômico-financeiros, também são verificadas nas propostas de concessão de crédito aspectos relativos ao grau e relevância da inovação para o setor econômico afetado.

A classificação dessas transações observa a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores. Quanto ao nível de risco, a Finep utiliza como referência a gradação disposta na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.682, de 21 de dezembro de 1999, elencando suas operações em nove níveis a partir do nível AA (muito baixo) ao H (muito elevado).

A Finep, até o momento, não pratica venda ou transferência de ativos financeiros e, dessa forma, mantém todos os direitos contratuais sob sua administração e risco.

As operações renegociadas permanecem sendo acompanhadas, podendo ter seu grau de risco alterado a depender de fatos relevantes que possam influenciar novas avaliações.

Também em nota explicativa própria é evidenciada a constituição da Provisão para Perdas sobre os financiamentos concedidos quanto à dedutibilidade das perdas no recebimento dos referidos créditos, estando fundamentada na Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e da Provisão para Perdas sobre os financiamentos concedidos, observados os critérios definidos pela própria instituição, estando fundamentada

no critério de perdas conforme orientação da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros, considerada indedutível pela legislação fiscal.

4 DISPONIBILIDADES

As disponibilidades apresentam saldos de caixa e equivalentes de caixa – aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em valor conhecido e com risco insignificante de mudança de valor.

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
Banco em moeda nacional	751	46.113
Aplicações Financeiras	165.880	763.395
Total	166.631	809.508

Para fins da Demonstração dos Fluxos de Caixa, as cotas de fundos de investimento do Banco do Brasil, classificadas como títulos e valores mobiliários, são consideradas como caixa e equivalente de caixa.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (TVM) E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

5.1 TVM de curto prazo

A Finep detém aplicações em Fundo Extramercado de Investimento em Renda Fixa junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e à Caixa Econômica Federal, com composição da carteira majoritariamente em títulos públicos, estando classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado no montante de R\$ 6.466.264 mil em 30 de junho de 2019 (R\$ 6.318.449 mil em 2018).

5.2 TVM e Instrumentos Financeiros de longo prazo – carteira própria

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
Ações ⁽¹⁾	200.000	200.000
Ajuste ao Valor de Mercado das Ações	(48.251)	(54.085)
Fundos de Investimento – recursos Finep	67.077	66.558
Opções de compra - Startups	3.930	1.930
Total	222.756	214.403

⁽¹⁾ Através da Portaria n.º 603, de 24 de dezembro de 2013, o Ministério da Fazenda definiu como ordinária a espécie de ações da Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebrás e do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB para fins de capitalização da Finep. Ainda segundo a Portaria, coube à Secretaria do Tesouro Nacional –

STN definir a quantidade de ações a serem transferidas, garantindo que na operação não houvesse perda do controle acionário da União na Telebrás e no BNB.

A quantidade de ações conferidas à Finep foi de 1.449.254 do BNB (BNBR3), que confere a participação de 1,68% de participação, e de 32.316.006 da Telebrás (TELB3), esta última passou a corresponder à 3.231.601 ações após o grupamento realizado em 2016, que confere a participação de 6,52%. As ações BNBR3 foram registradas na Finep ao valor unitário de R\$ 28,74, conforme cotação informada pela STN, de 16 de dezembro de 2013; as ações TELB3 foram registradas na Finep ao valor unitário de R\$ 4,90, conforme cotação informada pela STN, de 20 de dezembro de 2013.

Conforme a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 18 (R3) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, não fica configurada a influência significativa em nenhuma das empresas, visto que ambas são controladas pela União. Dessa forma, as referidas ações não são consideradas como investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, sendo, portanto, consideradas como títulos e valores mobiliários.

Por serem consideradas como títulos e valores mobiliários, cabe a verificação da mensuração do valor recuperável. A Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos – define valor recuperável como: o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. O referido pronunciamento não requer que a Entidade faça uma estimativa formal do valor recuperável se não houver indicação de possível desvalorização.

Conforme determinado pela Legislação Societária, cabe o enquadramento destes instrumentos financeiros em uma das categorias possíveis, sendo os mesmos classificados como instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, dada sua utilização como aumento de capital social.

Por este motivo, as respectivas ações poderão ser negociadas a qualquer tempo, porém não são adquiridas com a intenção de serem transacionadas de forma ativa e frequente, sendo ajustadas mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Ações						
Código	Empresa	Cotação	Quantidade	Valor Original	Ajuste ao Valor de Mercado	Saldo Jun/ 2019
TELB3	Telebrás	28,12	3.231.601	158.348	(74.714)	83.634
BNBR3	BNB	37,98	1.449.254	41.652	26.463	68.115
				200.000	(48.251)	151.749

5.2.1 Cotas de fundos em participações

A Finep investe de forma descentralizada através de Fundos de Investimento em Participações (FIPs) e realiza investimentos em empresas de capital fechado, na forma de aquisições em participações societárias, através de um Fundo Proprietário (FIP Inova Empresa).

Nas atividades de investimento em FIPs, a Finep tem como objetivo investir em empresas inovadoras com alto potencial de retorno financeiro, assim como atrair investimentos privados (nacionais e estrangeiros) para a

indústria de venture capital no Brasil e construir um ambiente favorável ao desenvolvimento desta indústria no país. Além do capital efetivamente disponibilizado, as empresas contam com o apoio estratégico dos gestores dos fundos para criar estruturas adequadas de governança corporativa, foco no crescimento e lucratividade, bem como na sustentabilidade futura do negócio. Não se trata, portanto, de um veículo de investimento estritamente financeiro. A participação dos fundos nas empresas se dá através de efetiva influência no processo decisório e no planejamento estratégico.

Alguns dos resultados alcançados através da atividade são: o alto grau de alavancagem de recursos privados e do potencial inovador das empresas investidas; a profissionalização da gestão das pequenas e médias empresas inovadoras que recebem, além do aporte financeiro, contribuição dos gestores dos Fundos em todas as áreas; a implementação das melhores práticas de governança nas empresas investidas e o fortalecimento da estrutura de capital das empresas nacionais.

Através do FIP Inova Empresa, fundo no qual a Finep possui 100% das quotas, são investidos recursos para atender os seguintes objetivos: (i) capitalizar e desenvolver empresas inovadoras de elevado risco tecnológico com alto potencial de crescimento e retorno financeiro compatível, (ii) estimular atividades de inovação de empresas brasileiras em setores e tecnologias prioritárias para o país, (iii) fortalecer a estrutura de capital e a ampliação do acesso ao mercado de capitais por parte de empresas inovadoras e (iv) incentivar a adoção das melhores práticas de governança corporativa.

As cotas dos fundos investidos com recursos do FNDCT (FIPs) são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador (instituições financeiras privadas) na data base do balanço, não havendo diferença entre o valor atualizado e o valor de mercado. Por ser repassadora desses recursos, a Finep não tem seu resultado impactado pelos eventuais ganhos e perdas nestes fundos, havendo o tratamento simples de ativos e passivos.

A Administração da Finep entende que a participação nos fundos investidos com recursos do FNDCT deverá obedecer ao cronograma de integralização (investimento) e de retorno (desinvestimento) estando, portanto, estes títulos classificados ao custo amortizado. Por sua vez, os fundos investidos com recursos próprios são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Do total dos recursos investidos em Fundos que montam R\$ 473.752 mil em 30 de junho de 2019 (R\$ 474.866 mil em 2018), a parte relativa aos recursos oriundos do FNDCT para tal atividade é de R\$ 375.747 mil em 30 de junho de 2019 (R\$ 377.381 mil em 2018), sendo, portanto, efetivamente investidos com recursos próprios da Finep o total de R\$ 98.004 mil (R\$ 97.484 mil em 2018), compostos pela totalidade do Fundo Inova Empresa.

Em 2018, a empresa Ernest & Young Assessoria Empresarial elaborou laudo de avaliação econômico-financeira das empresas investidas pelo FIP Inova Empresa em que se evidenciou a necessidade de ajuste a valor de mercado negativo no montante de R\$ 30.927 mil, valor este que fora mantido em 30 de junho de 2019.

CNPJ	Fundo	Jun/ 2019	Dez/ 2018
18.754.577/0001-54	INOVA EMPRESA	98.004	97.484
18.093.847/0001-23	CAPITAL TECH II	34.326	34.033
17.078.063/0001-63	CVENTURES PRIMUS	31.207	32.321
11.160.957/0001-11	BRASIL AGRONEGÓCIO	29.383	29.383
13.528.558/0001-96	DGF INOVA	27.383	32.226
11.411.095/0001-52	CRP VII	26.057	26.060
20.100.181/0001-35	FIP AEROESPACIAL	19.854	19.515
08.988.307/0001-54	TERRA VIVA	19.214	19.170
12.907.124/0001-34	BBI FINANCIAL	19.200	18.820
15.505.288/0001-23	ORIA TECH I (antigo DLM BRASIL TI)	18.972	21.629
18.860.705/0001-44	INOVAÇÃO PAULISTA	18.628	17.262
14.435.236/0001-65	VOX IMPACT INVESTING I	16.482	16.196
19.250.736/0001-46	SUL INOVAÇÃO	16.400	14.295
22.489.410/0001-80	VENTURE BRASIL CENTRAL	13.879	11.637
08.693.474/0001-78	RIO BRAVO NORDESTE II	12.882	12.882
13.107.005/0001-60	PERFORMA SC I	12.348	12.348
12.272.110/0001-91	NASCENTI	11.200	11.200
19.230.524/0001-05	DGF FIPAC 2	10.006	9.889
10.407.298/0001-02	HORIZONTI	9.900	9.900
21.141.789/0001-70	PRIMATEC	9.560	9.100
10.720.618/0001-80	NEO CAPITAL MEZANINO	7.467	8.178
06.905.602/0001-74	RIO BRAVO INVESTECH II	4.338	4.338
08.796.172/0001-25	JARDIM BOTÂNICO VC I	3.257	3.257
11.337.965/0001-90	SC	2.574	2.574
09.238.849/0001-72	CAPITAL TECH	1.043	1.043
08.909.578/0001-77	GOVERNANÇA CORPORATIVA	155	104
08.571.117/0001-37	FIPAC	33	22
Total		473.752	474.866

5.2.2 Instrumentos Financeiros

O Programa Finep Startup tem por objetivo apoiar a inovação em empresas nascentes intensivas em conhecimento através do aporte de recursos financeiros para execução de seus planos de crescimento.

O foco do Programa é cobrir o *gap* de apoio e financiamento existente entre o aporte feito por programas de aceleração, investidores-anjo e ferramentas de financiamento coletivo (*crowdfunding*) e o aporte feito por Fundos de *Seed Money* e *Venture Capital*.

O Edital de Seleção Pública "FINEP STARTUP" tem por objetivo:

- (a) apoiar a inovação nas empresas brasileiras nascentes de base tecnológica através da disponibilização de recursos financeiros aportados por meio da celebração de um Contrato de Opção Compra de Ações.
- (b) promover o crescimento do mercado de capital semente no Brasil, compartilhando com os investidores privados os riscos associados ao investimento em empresas nascentes de base tecnológica, sem substituir a iniciativa privada em seu papel como principal agente formador desse mercado.

O apoio financeiro envolvido no presente programa dar-se-á por meio da celebração de um Contrato Particular de Outorga de Opção de Subscrição de Participação Social sem restrições ao Direito de Voto entre a Finep e a empresa proponente, podendo o mesmo ser via fundo de participações. O valor investido em 30 de setembro de 2019 foi de R\$ 3.930 mil (R\$ 1.930 mil em 2018).

6 REPASSES INTERFINANCEIROS

A Finep opera em contas detalhadas os repasses a Agentes Financeiros com recursos do FAT, através do Programa Inovacred, e também com Recursos Próprios.

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
Repasses Recursos Próprios	123.738	109.565
Juros sobre repasses Recursos Próprios	2.332	2.301
Repasses FAT Inovacred	2.822	2.633
Juros sobre repasses FAT Inovacred	46	61
Provisão para perdas esperadas	-	(8)
Total Circulante	128.938	114.552
Repasses Recursos Próprios	597.986	555.929
Repasses FAT Inovacred	11.207	14.358
Provisão para perdas esperadas	(464)	(40)
Total Não Circulante	608.729	570.247
Total	737.667	684.799

7 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito da Finep representam o compromisso financeiro assumido em razão de mútuo por diversas empresas junto a esta Financiadora.

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
Financiamentos concedidos	2.150.546	2.321.819
Juros sobre financiamentos	184.897	198.763
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (indedutível)	(116.185)	(90.350)
Total Circulante	2.219.258	2.430.232
Financiamentos concedidos	7.504.482	7.897.658
Recuperação judicial (líquida de rendas a apropriar)	626.532	484.186
Cobrança judicial (líquida de rendas a apropriar)	43.355	266.902
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (dedutível)	(65.034)	(266.858)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (indedutível)	(569.121)	(446.688)
Total Não Circulante	7.540.214	7.935.200
Total	9.759.472	10.365.432

8 FINANCIAMENTOS E REPASSES CONCEDIDOS

8.1 Composição do vencimento dos principais de financiamentos e repasses concedidos

(Desconsiderando cobranças e recuperações judiciais e provisões para perdas)

Descrição	Jun/ 2019
Vencidos	80.307
2019	1.194.844
2020	2.275.093
2021	2.019.036
2022	1.765.271
2023	1.362.812
2024	712.411
Após 2024	981.007
Total	10.390.781

8.2 Composição das operações de crédito e repasses por setores de atividade econômica

(Desconsiderando cobranças e recuperações judiciais e provisões para perdas)

Setores	Jun/ 2019	Dez/ 2018
Serviço	1.115.615	1.073.018
Indústria	177.612	195.675
Público	1.293.227	1.268.693
Indústria	6.183.996	6.530.128
Serviço	2.531.887	3.319.938
Comércio	377.082	423.119
Outros	4.589	4.322
Privado	9.097.554	10.277.507
Total	10.390.781	11.546.200

8.3 Composição da concentração das operações de crédito

Descrição	Jun/ 2019	%	Dez/ 2018	%
Maior cliente	266.843	2,57%	263.101	2,28%
10 maiores clientes	2.147.922	20,67%	2.162.383	18,73%
20 maiores clientes	3.551.186	34,18%	3.649.364	31,61%
50 maiores clientes	6.086.818	58,58%	6.555.537	56,78%
100 maiores clientes	8.024.588	77,23%	8.785.470	76,09%

8.4 Composição das operações de crédito e repasses por perfil de risco

(Desconsiderando cobranças e recuperações judiciais e provisões para perdas)

SCR	Saldo Devedor Jun/ 2019	%	Saldo Devedor Dez/ 2018	%
AA	4.378.025	42,14%	4.483.445	37,61%
A	1.456.926	14,02%	1.649.099	13,83%
B	2.418.854	23,28%	2.469.030	20,71%
C	1.151.436	11,08%	1.083.218	9,09%
D	471.295	4,54%	693.437	5,82%
E	151.007	1,45%	158.789	1,33%
F	32.441	0,31%	144.306	1,21%
G	5.365	0,05%	10.031	0,08%
H	325.432	3,13%	854.845	10,32%
TOTAL	10.390.781	100%	11.546.200	100%

9 PROVISÃO PARA PERDAS

A parcela relativa à Provisão para Perdas Dedutível para fins fiscais está fundamentada nos artigos 9º e 12 da Lei n.º 9.430 de 1996, ou seja, créditos com garantia vencidos a mais de 2 (dois) anos, ou a mais de 1 ano, dependendo da garantia, desde que mantidos os procedimentos legais para seu recebimento. O saldo registrado em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 750.806 mil (R\$ 803.944 mil em 2018).

O valor constituído a título da Provisão para Perdas Indedutível para fins fiscais foi determinada com base na provisão dos créditos vencidos de empresas inadimplentes ativas na cobrança a partir de 90 dias, dos créditos vencidos de empresas em renegociação de dívida a partir de 30 dias, do saldo devedor das empresas em recuperação judicial que não possuem plano de recuperação homologados e demais casos que não atendam aos critérios da Lei n.º 9.430 de 1996, como, por exemplo, os critérios internos utilizados para registro da Provisão para Perdas Esperadas a partir de 2018.

Descrição	Saldo Dez/ 2018	Constituições	Reversões	Baixas	Ajustes	Saldo Jun/ 2019
PP Indedutível	90.358	34.634	(8.806)	-	-	116.186
Total Circulante	90.358	34.634	(8.806)	-	-	116.186
PP Indedutível	446.728	211.050	(79.557)	(8.635)	-	569.586
PP Dedutível	266.858	45	-	(266.543)	64.674	65.034
Total Não Circulante	713.586	211.095	(79.557)	(275.178)	64.674	634.620
Total	803.944	245.729	(88.363)	(275.178)	64.674	750.806

A Provisão Indedutível de curto prazo no valor total de R\$ 116.186 mil, em 30 de junho de 2019, é destinada à cobertura das Operações de Crédito. No longo prazo, o valor total de R\$ 569.586 mil é distribuído em R\$ 464 mil para Repasses Interfinanceiros e R\$ 569.122 mil para Operações de Crédito.

O total de Provisão Indedutível de R\$ 685.771 mil, divide-se em R\$ 345.734 mil referente à perda incorrida e R\$ 340.037 mil à perda esperada, esta última conforme nova metodologia de provisionamento desenvolvida pela Finep a partir de 31 de dezembro de 2018, para atendimento à NBC TG-48 – Instrumentos Financeiros.

Em relação às Provisões Dedutíveis, o saldo total de R\$ 65.034 mil em 30 de junho de 2019 refere-se, exclusivamente, a Operações de Crédito.

O valor líquido de constituições e reversões no montante de R\$ 157.366 mil, difere do valor apurado na Demonstração do Resultado do Exercício, de R\$ 169.301 mil, devido à baixa de saldos de empresas não provisionadas em sua totalidade, no valor de R\$ 11.935 mil.

No decorrer do 2º Trimestre de 2019 foi realizada a baixa no valor de R\$ 275.178 mil referente a 28 contratos de crédito que estavam classificados com rating H, com execução judicial e inadimplentes há mais de 1 ano.

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR OU COMPENSAR

Em decorrência das antecipações mensais em bases estimadas (obrigatórias pela legislação fiscal para empresas com tributação pelo Lucro Real Anual) e da retenção de IRRF sobre aplicações financeiras de renda fixa – Extramercado superarem o IRPJ devido e a CSLL devida, a Finep apresenta saldo de imposto e contribuição a recuperar conforme o quadro.

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
IRPJ a compensar (antecipação)	33.806	-
IRRF - Aplicação Extramercado	24.752	-
IRPJ a recuperar	143	10.646
CSLL a compensar (antecipação)	16.911	-
CSLL a recuperar	1.269	23.061
Outros tributos a compensar	29	27
Total	76.910	33.734

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

Com o objetivo de estabelecer o tratamento contábil para os tributos sobre o lucro, a NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro exige que a entidade reconheça os ativos e passivos fiscais diferidos decorrentes da contabilização dos tributos sobre o lucro pelo regime de competência.

O Ativo Fiscal Diferido pode ser constituído de três formas distintas, sendo: (a) sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa existentes; (b) sobre as Diferenças Temporárias; e (c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados. Algumas diferenças temporárias surgem quando a receita ou a despesa está incluída no lucro contábil em um período, mas vai ser incluída no lucro tributável em um período diferente.

A posição em 30 de junho de 2019 para as contas de Ativo Fiscal Diferido cuja natureza é relacionada às Diferenças Temporárias montam R\$ 365.485 mil (R\$ 330.283 mil em 2018), sendo R\$ 228.428 mil para o IRPJ (R\$ 183.491 mil em 2018) e R\$ 137.057 mil para o CSLL (R\$ 146.792 mil em 2018).

Descrição	IRPJ	CSLL
Provisão para perdas	173.602	104.161
Provisão para contingências trabalhistas	20.118	12.071
Ajuste ao valor de mercado – TVM	18.679	11.207
Provisão Fundos	7.732	4.639
Provisão INSS	3.481	2.089
Rescisão Ventura	3.260	1.956
Provisão ACT	1.099	660
Provisão para contingências cíveis	457	274
Total	228.428	137.057

12 CRÉDITOS COM O TESOUREIRO NACIONAL

No exercício de 2011, foi reconhecida perda de R\$ 33.652 mil em função da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, art. 23, que extingue o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND – e determina que a União o sucederá em seus direitos e obrigações. Nos demais exercícios, apenas as correções de valor do recebível pelo IPCA foram computadas, conforme determinação legal. O montante de R\$ 117.942 mil é representado por participações em fundos / cotas do FND no valor de R\$ 92.471 mil e de R\$ 25.471 mil de Risco Cambial.

Com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN n.º 066/68, está sendo computada a quantia de R\$ 25.471 mil a débito do Tesouro Nacional, correspondente à recuperação do Risco Cambial.

Entretanto, a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos cujo objetivo é definir procedimentos visando a assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo por uso nas operações da entidade ou em sua eventual venda. Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de Provisão para Perdas. Como o valor nominal registrado em Balanço é antigo e sua atualização monetária se deu até o ano de 2007, trata-se de um ativo de baixa recuperabilidade. Desta forma, foi, conforme rege a NBC TG 01 (R4), realizada durante o exercício de 2016 a provisão no valor total do ativo de R\$ 25.471 mil.

13 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Depósitos judiciais trabalhistas constituem exigência legal, conforme art. 880 da CLT, para que os embargos à execução trabalhista sejam opostos, para impugnar as alegações do reclamante e comprovar a regularidade das suas práticas. O depósito judicial é uma exigência legal também para a própria interposição de recursos trabalhistas, conforme art. 899 da CLT e seu montante em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 59.483 mil (R\$ 58.350 mil para 2018).

A Finep foi notificada da instauração de processo administrativo fiscal, quanto à diferença entre os valores declarados e recolhidos a menor de contribuição social destinada à seguridade social, relacionada com o grau de incidência da incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT e o seu correspondente Fator Acidentário de Prevenção – FAP, parâmetros os quais associados definem o valor final – Base de cálculo x RAT x FAP – a ser recolhido, a cargo da empresa, e derivam do enquadramento da Instituição em atividade laborativa preponderante², conforme a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE. A fim de evitar a autuação, tendo em vista disposição legislativa específica admitindo a hipótese, a Diretoria autorizou o ajuizamento da ação para o questionamento da cobrança efetuada, assim como para evitar o incremento dos encargos decorrentes da autuação, sendo realizados os Depósitos Judiciais para Recursos Fiscais n.º CNJ 0086369-03.2015.4.02.5101 e n.º 2015.51.01.086369-3 – Fazenda Nacional no montante final de R\$ 2.430 mil (valores depositados em 2015). Nesta ação, a Finep é autora, tendo a Fazenda Nacional como ré.

14 OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

14.1 BNDES

As obrigações por repasses do país são, em sua quase totalidade, operações realizadas com o BNDES no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento – PSI.

O Programa, criado pela Lei n.º 12.096, de 24 de novembro de 2009, objetiva estimular a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica através da concessão de subvenção econômica em operações de financiamento. A partir da Lei n.º 12.453, de 21 de julho de 2011, a Finep passou a operar o Programa e, dada a necessidade adicional de recursos para viabilizar as operações de financiamento, fez-se necessária a contratação de empréstimos junto ao BNDES.

A Finep opera, em menor proporção, a modalidade BNDES Automático, operação na qual a empresa atua como agente financeiro do BNDES.

Para a modalidade BNDES Empréstimo a taxa de captação é de a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), sendo esta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, acrescida de 1% a.a. Na modalidade BNDES Automático a taxa varia de 1,8% a 3,3% a.a., dependendo das condições de cada operação.

O quadro a seguir apresenta a composição das obrigações por modalidade e no curto e longo prazos:

² Atividade preponderante é aquela que possui o maior número de segurados empregados e trabalhadores avulsos, devendo o seu enquadramento ser realizado mensalmente, conforme Inciso I do 1º do artigo 72º da Instrução Normativa RFB n.º 971, de 13 de novembro de 2009.

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
BNDES Empréstimo	4.624.010	5.336.061
BNDES Automático	3.536	9.140
Total	4.627.546	5.345.201
Curto prazo	2.842.457	1.182.431
Longo prazo	1.785.089	4.162.770
Total	4.627.546	5.345.201

O quadro apresenta a previsão de amortização ao longo do tempo considerando a URTJLP de 30.06.2019, acrescidos os juros *pro rata* calculados no mês de referência. Na modalidade BNDES Empréstimo considerar *pro rata* no valor de R\$ 34.131 mil e na modalidade BNDES Automático considerar *pro rata* no valor de R\$ 4 mil.

14.2 Composição do vencimento das obrigações por repasses do país - (BNDES)

O principal das obrigações por repasses do país, por ano de vencimento, estão discriminadas a seguir:

Ano	Empréstimo	Automático	Total
2019	2.671.573	3.532	2.675.105
2020	293.074	-	293.074
2021	319.717	-	319.717
2022	319.717	-	319.717
2023	319.717	-	319.717
2024	319.717	-	319.717
Após 2024	346.364	-	346.364
Total	4.589.879	3.532	4.593.411

14.3 ANP

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) firmou Acordo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 01/2018/PRH-ANP com a Finep para implementação do Programa de Formação de Recursos Humanos da ANP para o Setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PRH-ANP), que visa estimular as instituições de ensino a organizarem e fornecerem especializações nas áreas estratégicas elencadas, por meio do fomento de bolsas para graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado, pesquisadores visitantes, coordenadores e apoio técnico, bem como de concessão de recursos à título de taxa de bancada para apoiar as pesquisas daqueles bolsistas. Na qualidade de Gestora técnica e financeira do PRH-ANP, a Finep é responsável pelo recebimento dos recursos aportados pelas petrolíferas, pelo repasse às instituições de ensino selecionadas através de chamada pública e pela gestão das bolsas concedidas. Os recursos recebidos pela Finep caracterizam-se, como repasse não onerosos, não sendo, portanto, base para a incidência de juros e amortização.

Até o dia 30 de junho de 2019, os depósitos e suas remunerações no referido Programa atingiu o montante de R\$ 1.900 mil.

15 OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

As obrigações por repasse do exterior são constituídas por captações efetuadas através de empréstimos de recursos realizadas juntos às instituições multilaterais de crédito.

No ano de 2018, a Finep firmou contrato de empréstimo no montante de US\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para implementação do Programa Inovar para Crescer, que tem como objetivo promover melhorias de produtividade através do fomento ao investimento em inovação.

O prazo total de pagamento do empréstimo é de 25 anos, com 5,5 anos de carência. Os custos financeiros do empréstimo referem-se aos custos do Mecanismo de Financiamento Flexível (FFF) do BID com Garantia Soberana.

A taxa do empréstimo é composta por (i) LIBOR de 3 meses denominada em dólares norte-americanos, mais (ii) margem de financiamento do BID em relação a LIBOR denominada em dólares norte-americanos, acrescida de (iii) margem para empréstimo do capital ordinário periodicamente determinado pelo Banco.

A fim de mitigar a exposição cambial, a Finep optou pela conversão do primeiro desembolso no valor de US\$ 298.671.730,82 em moeda local junto ao Banco. A conversão foi efetuada em Reais pelo mesmo prazo total do empréstimo e pela taxa correspondente à (i) CDI acrescidos de (ii) taxa de juros fixa de 12bps, (iii) margem para empréstimo do capital ordinário e (iv) margem relativa à comissão de transação de conversão de moeda equivalente a 2bps. Essa conversão resultou no registro da dívida de longo prazo no valor de R\$ 1.163.326 mil obtido através da conversão por câmbio fixado (ou travado) em BRL 3,895/USD ao longo de todo o período de vigência do contrato de captação.

O primeiro desembolso foi recebido pela Finep através da realização de 3 (três) operações de câmbio, a saber: (i) Operação 1 (19.12.2018), no valor de US\$ 100.000.000,00, ou R\$ 388.900.000,00, mediante conversão pela taxa de câmbio real de BRL 3,8890/USD; (ii) Operação 2 (19.12.2018), no valor de US\$ 100.000.000,00, ou R\$ 387.720.000,00 mediante conversão pela taxa de câmbio real de BR 3,8772/USD, e; (iii) Operação 2 (26.12.2018), no valor de 98.671.730,82, ou R\$ 387.385.215,20 mediante conversão pela taxa de câmbio real de BRL 3,9260/USD. As operações somadas totalizaram, portanto, o montante de R\$ 1.164.005.215,02, superando em R\$ 678.823,66, o valor da dívida efetivamente contraída, de R\$ 1.163.326.391,54, resultando no registro contábil de ganho em operações de câmbio equivalente ao valor da diferença.

16 FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

16.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT

O FNDCT foi criado pelo Decreto-Lei n.º 719, de 31 de julho de 1969, como um instrumento financeiro de integração da ciência e tecnologia com a política de desenvolvimento nacional. Desde 15 de março de 1971, a Finep é a Secretaria Executiva do FNDCT.

Os recursos do FNDCT, advindos de contratos de financiamento mediante abertura de crédito, são utilizados para apoiar atividades de inovação e pesquisa em empresas, nas modalidades de financiamento reembolsável, tendo como taxa de captação a TJLP.

16.2 Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL

Sob o amparo da Lei n.º 10.052, de 28 de novembro de 2000, a Finep passou a exercer a função de agente financeiro do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – FUNTTEL, com o objetivo de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações.

Os recursos do FUNTTEL, cuja taxa de captação é a Taxa Referencial – TR, advindos de contratos de financiamento mediante abertura de crédito, são utilizados nas modalidades: (i) fundo de investimento destinado à subscrição sob emissão pública ou privada de valores mobiliários, tais como debêntures, bônus de subscrição, bem como outros valores mobiliários previstos em lei, desde que conversíveis ou permutáveis em ações, ou qualquer tempo transformáveis, resgatáveis ou lastreados em ações, objetivando promover acesso das empresas nacionais a recursos de capital e (ii) financiamento de planos de negócios, projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

16.3 Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT – (Depósitos Especiais)

A Finep capta recursos do FAT na forma denominada Depósitos Especiais para aplicar em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais da Finep são remunerados pela TJLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados, e, portanto, disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa SELIC.

Apesar da Lei n.º 13.483, de 21 de setembro de 2017, ter instituído a TLP – Taxa de Longo Prazo como remuneração do Fundo, a Finep ainda não está operando com esta taxa. Os recursos do FAT que ingressaram em 2018 foram destinados a operações contratadas anteriormente pela TJLP.

São dois os programas operados pela Finep: FAT Pró-Inovação e FAT Inovacred. O primeiro foca no financiamento de estudos e projetos de pré-investimento, cuja finalidade seja a implementação de obras de infraestrutura que proporcionem maior qualidade dos produtos finais, a maior eficiência de produção e a introdução de produtos e processos inovadores. O segundo financia projetos de inovação tecnológica de pessoas jurídicas que tenham como objetivo o aumento da competitividade das empresas.

16.4 Composição dos fundos financeiros e de desenvolvimento

O quadro a seguir apresenta a composição dos fundos financeiros e de desenvolvimento no curto e longo prazo:

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
FNDCT	493.209	485.607
FUNTTEL	34.788	25.909
FAT	4.616	6.784
Total Circulante	532.613	518.300
FNDCT	7.969.187	8.125.098
FUNTTEL	1.310.563	1.345.352
FAT	33.853	49.748
Total Não Circulante	9.313.603	9.520.198
Total	9.846.216	10.038.498

Para o FNDCT, o quadro apresenta a previsão de amortização ao longo do tempo considerando a URTJLP de 30.06.2019, acrescidos dos juros *pro rata* calculados no mês de referência no valor de R\$ 131.964 mil.

16.5 Composição do vencimento das obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento

A composição do principal dos fundos financeiros, por ano de vencimento, está discriminada a seguir:

Ano	FNDCT	FUNTTEL
2019	202.498	-
2020	394.734	34.788
2021	488.534	45.071
2022	514.018	55.176
2023	563.548	65.018
2024	575.130	69.759
Após 2024	5.591.970	1.075.539
Total	8.330.432	1.345.351

16.6 Movimentação FAT – Depósitos Especiais

A movimentação do saldo do FAT – Depósitos Especiais durante o exercício findo em 30 de junho de 2019 foi a seguinte:

	Pró-inovação	Inovacred	Total
Saldo Dez/ 2018	38.795	17.737	56.532
Ingressos de recursos	-	-	-
Juros s/ depósitos (remuneração TJLP)	804	480	1.284
Juros s/ depósitos (remuneração SELIC)	2	7	9
Amortizações de principal (1%-TJLP)	(961)	(3.234)	(4.195)
Amortizações de principal (excedente)	(13.740)	-	(13.740)
Recolhimento de TJLP	(883)	(508)	(1.391)
Recolhimento de SELIC	(21)	(8)	(29)
Saldo Jun/ 2019	23.996	14.474	38.470

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – PASSIVO

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
IRPJ	18.769	15.597
CSLL	11.262	10.027
Total	30.031	25.624

O passivo fiscal diferido apresenta o saldo do efeito tributário em função da constituição da Reserva de Reavaliação, do Ajuste de Avaliação Patrimonial (efetuados com suas respectivas realizações anuais) e da valorização das ações do BNB, conforme quadro a seguir:

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
Custo atribuído	18.391	18.543
Valorização Ações BNB	10.585	6.026
Reserva de Reavaliação	1.055	1.055
Total	30.031	25.624

18 CONTINGÊNCIAS

Segundo a NBC TG 25 (R2) – Provisões e Passivos e Ativos Contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando: (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Utilizar estimativas para elaborar Demonstrações Financeiras não torna, de maneira alguma, tais demonstrações menos confiáveis. Considerando que uma provisão é mais incerta do que a maioria dos elementos do balanço, estimativas tornam-se ainda mais essenciais. Vale ressaltar que o valor reconhecido como provisão foi o melhor desembolso estimado capaz de liquidar a obrigação presente na data do balanço.

18.1 Trabalhistas

As estimativas foram julgadas pela Administração da Finep e complementadas pela experiência de transações semelhantes e por relatório elaborado por escritório de consultoria jurídica trabalhista.

Com base nesse relatório, analisado internamente, foram classificadas as ações em provável, possível e remota como orienta a NBC TG 25 (R2).

As causas trabalhistas consideradas com probabilidade de perda provável montam R\$ 80.474 mil.

Descrição	Saldo Dez/ 2018	Provisões	Reversões	Atualizações	Saldo Jun/ 2019
Trabalhistas	80.474	-	-	-	80.474
Total	80.474	-	-	-	80.474

No 2º Trimestre de 2019, não houve registro de ajustes no valor da provisão. Os valores das causas com probabilidade de perda possível montam R\$ 5.645 mil. Não há previsão de saída de recursos para o exercício seguinte e não há indicativo de incertezas quanto aos valores provisionados. A natureza das obrigações mais relevantes está concentrada em ações que tratam de reintegração, hora extra, danos morais, gratificação de função, terceirizados e reenquadramento.

Os depósitos judiciais de natureza trabalhista registrados no balanço são de R\$ 59.483 mil.

18.2 Cíveis

As causas cíveis consideradas com probabilidade de perda provável foram provisionadas e montam R\$ 1.828 mil em 30 de junho de 2019.

Descrição	Saldo Dez/ 2018	Provisões	Reversões	Atualizações	Saldo Jun/ 2019
Cíveis	1.282	578	(32)	-	1.828
Total	1.282	578	(32)	-	1.828

As causas cíveis consideradas com probabilidade de perda possível possuem valor de R\$ 57.072 mil. As reversões de R\$ 32 mil são em função de atualização do prognóstico de perda e no valor da causa.

18.3 Administrativas

Em função da decisão da Direção da empresa de regressar com sua sede para o endereço Praia do Flamengo n.º 200, no qual está em andamento um cronograma de mudança com previsão para ser concluído até abril de 2020, a Finep terá que cumprir com a cláusula contratual que prevê o pagamento de multa em caso de rescisão, pois o contrato estava inicialmente previsto para se encerrar somente em 01.04.2024. Dessa forma, em agosto de 2018 foi constituída uma provisão referente a essa despesa inicialmente no valor de R\$ 13.348 mil. Em 30 de junho de 2019, ajustada a valor presente, é de R\$ 13.040 mil.

Tal provisão não tem efeitos fiscais por tratar-se de uma despesa indedutível, tendo seu efeito anulado tanto na apuração do Imposto de Renda da Pessoa - IRPJ, quanto na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

19 OBRIGAÇÕES SOBRE RECURSOS

Descrição	Jun/ 2019	Dez/ 2018
Garantia de liquidez	46.486	45.101
Recursos de convênios	465	453
Recursos retornados de fundos e para aplicação	-	50
Total	46.951	45.604

No 2º Semestre de 2018, a Finep concluiu o processo de devolução dos recursos para equalização e de retorno de fundos ao FNDCT, refletindo a mudança de metodologia de internalização de recursos estabelecida no Acórdão do TCU n.º 3.081/2008, que dispunha que a Finep passaria a receber do FNDCT, mensalmente, o montante correspondente às parcelas da carteira que venciam no respectivo exercício.

A garantia de liquidez é uma ferramenta de mitigação parcial do risco inerente às aplicações nos Fundos de investimento, atualmente utilizado no âmbito do Programa Inovar Semente, garantindo aos investidores privados retorno do principal investido.

Os recursos para convênios representam o acordo de cooperação internacional – projeto INCOBRA – entre o Brasil e a União Europeia, custeado por esta última no âmbito do seu Programa Horizonte 2020, que visa fortalecer a cooperação entre o Brasil e a Europa no campo de CT&I. Através do referido projeto foi celebrado um Acordo de Consórcio (*Consortium Agreement*) em 11.01.2016. O prazo de execução do projeto compreendeu o período de 01.02.2016 a 31.01.2019, sendo os recursos transferidos paulatinamente pela União Europeia à Finep mediante prestações de contas, à medida que as atividades foram executadas. O saldo de recursos apurado em 30 de junho de 2019 no valor de R\$ 465 mil encontra-se em fase de prestação de contas interna.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social

Após a autorização em 2018 do aumento de capital pela incorporação das reservas de retenção de lucro, o capital social integralizado da Finep permaneceu constante em R\$ 1.624.995 mil, representado por 300.000.000 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

20.2 Reserva de Lucros

Em decorrência da Finep realizar encerramento anual, as reservas de lucros não apresentam alterações até o momento da apuração final do resultado da Companhia. O saldo da Reserva Legal até a presente data monta R\$ 69.950 mil.

Houve recomposição da Reserva para Margem Operacional em virtude do ajuste nos Juros sobre o Capital Próprio a pagar, segundo Despacho 10951.100191/2019-31-PGFN apresentado na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 18 de abril de 2019. Sendo assim, o saldo da Reserva para Margem Operacional foi de R\$ 426.088 mil (R\$ 419.457 mil em 2018).

20.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Representa o valor líquido de imposto e de realização do custo atribuído (*deemed cost*) aplicado sobre as contas de terrenos e salas e escritórios (edificações), em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 37 (R5) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 (R1) e 43 (R1).

Com a classificação das ações da Telebrás e do BNB ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, as respectivas ações poderão ser negociadas a qualquer tempo, porém não são adquiridas com a intenção de serem negociados de forma ativa e frequente, sendo ajustadas mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Descrição	Saldo Dez/ 2018	Ajustes	Saldo Jun/ 2019
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Imóveis	18.786	(230)	18.556
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial - Imóveis	-	230	230
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Terrenos	9.029	-	9.029
Instrumentos Financeiros - VJORA ⁽¹⁾	(29.747)	796	(28.951)
Total	(1.932)	796	(1.136)

⁽¹⁾ VJORA: Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes

O ajuste de avaliação patrimonial dos imóveis de R\$ 18.556 mil é representado pela realização do AAP pela depreciação dos imóveis, líquidos dos efeitos tributários, no valor de R\$ 230 mil.

Para os instrumentos financeiros, registra-se o ganho histórico auferido pelas ações do BNB e da Telebrás, no valor de R\$ 2.519 mil, líquido de seus efeitos tributários, e o ajuste da CSLL Diferida em relação ao Passivo

Fiscal Diferido pela alteração da alíquota de 20% para 15% em relação às citadas ações, no valor de R\$ 1.722 mil.

20.4 Reserva de reavaliação

Reserva constituída em exercícios anteriores cuja realização foi concluída em 2010, com a exceção da parte relativa aos terrenos no valor de R\$ 2.638 mil.

21 RECEITAS

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Quanto à conciliação entre a receita divulgada na Demonstração do Resultado e a registrada para fins tributáveis do Imposto de Renda, as únicas diferenças, evidenciadas no LALUR – Livro de Apuração do Lucro Real – são: a receita com a reversão da Provisão para Perdas de R\$ 88.363 mil (R\$ 97.384 mil no mesmo período de 2018), os dividendos recebidos no total de R\$ 1.912 mil (R\$ 1.362 mil no mesmo período de 2018) e a reversão para contingências cíveis de R\$ 32 mil (R\$ 22.053 mil no mesmo período de 2018).

22 REALIZAÇÃO DO CUSTO ATRIBUÍDO

O efeito no resultado do exercício, oriundo de depreciações do custo atribuído (*deemed cost*), foi da ordem de R\$ 382 mil no 2º Trimestre de 2019.

A realização e consequente tributação do saldo da referida conta, pelo Imposto de Renda e Contribuição Social, dão-se à medida que ocorrem os fatos previstos pela legislação pertinente. Portanto, os valores mantidos nessa conta estão sujeitos à tributação futura.

23 RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

23.1 Receitas de operações de crédito

Descrição	Jun/2019	Jun/2018
Financiamentos	299.410	321.321
Equalização	247.324	277.777
Total	546.734	599.098

As receitas oriundas dos financiamentos são compostas pelos juros compensatórios no valor de R\$ 268.269 mil, atualizações monetárias de R\$19.992 mil, recuperação de créditos no montante de R\$ 6.667 mil, multas e juros moratórios de R\$ 4.010 mil, juros antecipados no valor de R\$ 469 mil e outras receitas de R\$ 3 mil.

A equalização é um instrumento que permite a redução dos encargos contratuais a serem pagos pela financiada à Finep, desde que mantida a adimplência dos pagamentos.

23.2 Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	Jun/2019	Jun/2018
Remuneração aplicação – Extramercado	225.284	23.057
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	1.913	1.362
Total	227.197	24.419

A remuneração de aplicação financeira é decorrente do investimento em Fundo Extramercado de Investimento em Renda Fixa junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e junto à Caixa Econômica Federal, com composição da carteira em títulos públicos.

24 DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

24.1 Operações de empréstimos e repasses

As despesas da intermediação financeira são compostas pelos juros, encargos e variações cambiais dos empréstimos tomados sendo R\$ 507.359 mil durante o 2º Trimestre de 2019 (R\$ 510.096 mil durante o 2º Trimestre de 2018).

Dentre o pagamento de juros passivos, apropriação de juros *pro rata*, capitalização de dívida, atualização de recursos de terceiros e variações cambiais, a composição por fonte/natureza para o 2º Trimestre de 2019 e 2018 é seguinte:

Descrição	Jun/2019	Jun/2018
FNDCT	275.667	248.616
BNDDES	186.246	219.317
BID	44.103	-
FAT	1.293	2.683
Outros	50	21.091
Terceiros	-	18.378
Cambial	-	11
Total	507.359	510.096

24.2 Provisão para Perdas

A parcela relativa à Provisão para Perdas Dedutível para fins fiscais está fundamentada nos artigos 9º e 12º da Lei n.º 9.430 de 1996. O valor líquido registrado no resultado do 2º Trimestre de 2019 foi uma constituição de R\$ 11.982 mil (R\$ 41.131 mil para o mesmo período em 2018).

O valor constituído a título da Provisão para Perdas Indedutível para fins fiscais foi baseado na NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros. A referida provisão apresentou um efeito líquido no resultado de 2019 correspondente a uma constituição de R\$ 157.320 mil (R\$ 35.958 mil de reversão para o mesmo período em 2018). Os critérios adotados para elaboração da referida provisão foram:

- a) os créditos vencidos a mais de 90 de empresas ativas no sistema de cobrança da companhia;
- b) os créditos vencidos a mais de 30 dias de empresas em renegociação de dívidas;
- c) saldos devedores de empresas em cobrança judicial que não se enquadrem nas regras de dedutibilidade da Lei n.º 9.430 de 1996; e
- d) saldos devedores de empresas em recuperação judicial que não possuem plano de recuperação homologados e que não se enquadrem nas regras de dedutibilidade da Lei n.º 9.430 de 1996;
- e) créditos a vencer conforme metodologia de perdas esperadas.

A metodologia relativa à Provisão para Perdas Esperadas compõe-se de duas fases:

- a) Classificação das operações de crédito em três estágios; e
- b) Cálculo do valor provisionado.

Os Estágios de classificação das operações de crédito serão definidos segundo os seguintes critérios:

Estágio 1 - Ativos sem aumento significativo de risco: operações nas quais a financiada não possua apontamentos no Serasa superiores a 5% (cinco por cento) de sua rubrica de contas a receber/clientes nem atrasos superiores a 45 (quarenta e cinco) dias em suas operações de crédito com a Finep;

Estágio 2 - Ativos com aumento significativo de risco: operações nas quais a financiada possua apontamentos no Serasa superiores a 5% (cinco por cento) de sua rubrica de contas a receber/clientes ou possua atrasos entre 45 (quarenta e cinco) e 105 (cento e cinco) dias em suas operações de crédito com a Finep;

Estágio 3 - Ativos com aumento significativo de risco e evidência objetiva de redução ao valor recuperável: operações nas quais a financiada possua simultaneamente apontamentos no Serasa superiores a 5% (cinco por cento) de sua rubrica de contas a receber/clientes e/ou atrasos superiores a 105 (cento e cinco) dias em suas operações de crédito com a Finep

Na segunda fase da aplicação da metodologia de perdas esperadas é definida primeiramente a probabilidade de default (PD) utilizando-se como base o Sistema de Classificação de Risco – SCR - da Finep juntamente com Estudo da Standard & Poor's denominado "*Annual Global Corporate Default Study and Rating Transitions*".

As probabilidades de default têm gradações diferentes a depender da fase ou do estágio do contrato:

- a) Fase de carência: aplica-se um redutor percentual de 90% sobre as PDs da Standard & Poor's;
- b) Estágio 1: aplica-se um redutor percentual de 90% sobre as PDs da Standard & Poor's;
- c) Estágio 2: aplica-se um percentual de majoração de 20% sobre as PDs do estágio 1, independentemente da fase em que se encontrar a operação, "em carência" ou "em amortização";

- d) Estágio 3: aplica-se um percentual de majoração de 70% sobre as PDs do estágio 1.

Na sequência da fase 2 é calculada a perda dada a inadimplência – *Loss Given Default* (LGD) – que é encontrada a partir do Índice de Recuperabilidade (IR) das operações.

O IR é encontrado pelo somatório das coberturas apresentadas, de acordo com as modalidades de garantias vinculadas e desses valores em relação ao saldo devedor dos contratos.

O valor da provisão das empresas em Recuperação Judicial cujo Plano de Recuperação encontra-se homologado leva em consideração o saldo do contrato reduzido de eventuais rendas a apropriar sendo utilizada no cálculo uma LGD de 85%, sendo a provisão considerada não dedutível para fins fiscais

O total provisionado para perdas esperadas no 2º Trimestre de 2019 foi de R\$ 16.453 mil, sem valor correspondente para o mesmo período de 2018, tendo em vista que a metodologia de perdas esperadas foi implementada em dezembro de 2018.

25 REMUNERAÇÃO APLICAÇÃO TESOIRO NACIONAL

A realocação de recursos das aplicações financeiras da Finep originalmente alocadas na Conta Única do Tesouro Nacional para o Fundo Extramercado de Investimento em Renda Fixa reduziu significativamente o saldo da referida conta, conforme destacado a seguir:

Descrição	Jun/ 2019	Jun/ 2018
Remuneração de aplicação do disponível na Conta Única	13.886	215.372
Total	13.886	215.372

26 RENDAS DE ADMINISTRAÇÃO

Descrição	Jun/ 2019	Jun/ 2018
Rendas de administração – FNDCT	34.861	31.482
Rendas de administração – ANP	100	-
Rendas de administração – FUNTTEL	9	224
Rendas de administração – FNS	-	1.176
Total	34.970	32.882

A Lei do FNDCT (Lei n.º 11.540, de 12 de novembro de 2007) prevê no seu artigo 8º, que “a Finep, na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, receberá anualmente, para cobertura de despesas de administração, até 2% (dois por cento) dos recursos orçamentários atribuídos ao Fundo”.

Pela gestão técnica e financeira do Programa de Formação de Recursos Humanos da ANP para o Setor de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (PRH-ANP), a Finep é remunerada com até 5% (cinco por cento) dos aportes das petrolíferas em cumprimento às cláusulas de investimento em P,D&I oriundas dos contratos para exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural assinados com a ANP.

A regulamentação do Conselho Gestor do FUNTTEL referente à Remuneração do Agente é fundamentada pela Resolução n.º 66, de 26 de outubro de 2010, publicada no DOU em 17 de novembro de 2010, que estabelece no Art.9º § 7º que aos agentes financeiros serão destinados 3% (três por cento) dos recursos financeiros não reembolsáveis efetivamente aplicados por eles em projetos e atividades apoiados pelo fundo.

A Finep e o Fundo Nacional da Saúde (FNS) firmaram parceria através da formalização de 2 (dois) Termos de Execução Descentralizada (TED) FNS n.º 99/2016 e n.º 172/2017, segundo os quais o FNS repassa recursos financeiros à Finep para que esta fomenta projetos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Em ambos instrumentos existe a previsão de pagamento de 2% (dois por cento) dos valores repassados à Finep, a título de remuneração pelos serviços prestados.

27 INSPEÇÃO, ACOMPANHAMENTO E OUTROS

A retenção para liberação de projetos alcançou em 30 de junho de 2019 R\$ 8.019 mil (R\$ 6.697 mil para o mesmo período de 2018). Trata-se de um percentual estabelecido em contrato que se destina a cobrir despesas de acompanhamento dos projetos.

No 2º Trimestre de 2019, a Finep recebeu R\$ 1.501 mil como tarifa de reserva de crédito (R\$ 237 mil no mesmo período de 2018).

A cobrança por avaliação/alteração de garantia representou o total de R\$ 78 mil no 2º Trimestre de 2019 (R\$ 112 mil no mesmo período de 2018).

No 2º Trimestre de 2019, foram cobradas a título de renegociação de dívida o valor de R\$ 398 mil (R\$ 288 mil no mesmo período de 2018) e como outras tarifas R\$ 62 mil (R\$ 120 mil no mesmo período de 2018).

28 DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Descrição	Jun/ 2019	Jun/ 2018
Proventos	78.330	105.290
Encargos sociais	29.034	29.087
Benefícios (inclui Programa de Pós-graduação)	13.447	14.483
Honorários de diretores e conselheiros	1.884	1.647
Remuneração de estagiários	843	826
Investimento em treinamento	446	362
Total	123.984	151.695

Em função do Plano de Demissão Assistida concluído em abril de 2018, mais de 100 (cem) funcionários deixaram de compor o quadro da empresa, resultando em uma expressiva redução nas despesas de pessoal no exercício de 2019.

29 DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	Jun/ 2019	Jun/ 2018
Aluguéis e condomínios	18.407	17.192
Depreciação/Amortização	6.647	3.987
Serviços de processamento de dados	3.638	4.961
Viagens	2.873	2.349
Serviços técnicos profissionais e consultoria	1.785	1.683
Apoio administrativo	1.528	1.020
Outros serviços de terceiros	1.405	1.619
Vigilância	1.019	1.007
Limpeza e conservação	953	973
Manutenção e conservação de bens	734	1.109
Transporte	573	674
Comunicações, energia e água	489	205
Promoções e relações públicas	414	2.173
Demais despesas administrativas	245	543
Publicidade, propaganda e publicações	15	61
Total	40.725	39.556

Consta na rubrica de aluguéis e condomínios a provisão para a multa e penalidades rescisórias e gastos com desmobilização dos andares alugados no valor de R\$ 720 mil.

30 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	Jun/ 2019	Jun/ 2018
Cofins	15.417	15.227
PIS/Pasep	2.130	2.475
IP TU	1.535	1.306
IOF	12	1
Outras	69	57
Total	19.163	19.066

31 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	Jun/ 2019	Jun/ 2018
Ressarcimento FNDCT	3.605	10.603
Valorização de cotas do FND	2.016	2.270
Juros Selic sobre créditos tributários	539	1.973
Reversão Contingências Trabalhistas e Cíveis	32	22.053
Outras	492	232
Total	6.684	37.131

O ressarcimento do FNDCT caracteriza-se pelo recebimento de recursos para cobrir as despesas operacionais atribuídas ao Fundo e pagas pela Finep durante o exercício. Encontra base legal na Lei do FNDCT (Lei n.º 11.540 de 2007), art. 13 que prevê a aplicação de até 5% (cinco por cento) dos recursos arrecadados anualmente nas respectivas fontes de receitas para "despesas operacionais, de planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados, relativas ao financiamento de atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico das Programações Específicas do FNDCT". Esses limites são confirmados anualmente por ato do Conselho Diretor do FNDCT.

A Lei n.º 12.431 de 2011, art. 23, extingue o FND, determina que a União o sucederá em seus direitos e obrigações e estabelece a correção de valor do recebível pelo IPCA.

Os Juros Selic sobre créditos tributários incidem sobre, principalmente, IRPJ e CSLL a recuperar.

A reversão de contingências se deu em função de atualização do prognóstico de perda.

32 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Os principais componentes das despesas e receitas tributárias são assim demonstrados:

Descrição	Jun/ 2019	Jun/ 2018
IRPJ – provisão	33.807	32.003
CSLL – provisão	20.790	26.242
Total Corrente	54.597	58.245
IRPJ – provisão	-	-
IRPJ – ativo fiscal diferido	(43.223)	(6.228)
CSLL – provisão	-	-
CSLL – ativo fiscal diferido	7.391	(4.964)
Total Diferido	(35.832)	(11.192)
Total	18.765	47.053

As alíquotas aplicáveis de cada tributo – 25% IRPJ e 20% CSLL incidem sobre a base do Lucro Real Ajustado (lucro antes dos impostos ajustado pelas adições e exclusões segundo a legislação fiscal). Os quadros a seguir evidenciam a conciliação das alíquotas efetivas e aplicáveis aos tributos.

Descrição	Jun/ 2019			Jun/ 2018		
	R\$ Mil	AV%	AV%	R\$ Mil	AV%	AV%
		LAIR	LUCRO REAL		LAIR	LUCRO REAL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(37.317)			107.318		
Lucro Real	138.600			131.210		
Despesa com IRPJ (corrente)	33.806	-90,59%	24,39% ⁽¹⁾	32.003	29,82%	24,39% ⁽¹⁾

Descrição	Jun/ 2019			Jun/ 2018		
	R\$ Mil	AV%	AV%	R\$ Mil	AV%	AV%
		LAIR	BASE CSLL		LAIR	BASE CSLL
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	(37.317)			107.318		
Base da CSLL	138.600			131.210		
Despesa com CSLL (corrente)	20.790	-55,71%	15,00%	26.242	24,45%	20,00%

⁽¹⁾ A alíquota aplicável não corresponde a exatos 25%, uma vez que a Finep se utiliza dos benefícios fiscais do Programa de Alimentação do Trabalhador e da Lei Rouanet.

33 PARTES RELACIONADAS

33.1 FNDCT – Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi criado em 31 de julho de 1969 através do Decreto-Lei n.º 719 com a finalidade de dar apoio financeiro aos programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico, notadamente para a implantação do Plano Básico de Desenvolvimento Científico Tecnológico (PBDCT).

O decreto previa que o Fundo seria dotado de uma Secretaria Executiva cuja organização e funcionamento seria estabelecido em Regulamento. Tal determinação foi atendida com o decreto n.º 68.748 de 15 de junho de 1971, que atribuiu essa função à Financiadora de Estudos e Projetos, ficando esta responsável por todos os atos de natureza técnica e administrativa necessários à gestão do Fundo. Destaca-se as seguintes operações em 2018 com o FNDCT:

Recebimento de recursos (regime de caixa)	Jun/2019	Dez/2018
Empréstimo ⁽¹⁾	-	1.098.449
Equalização ⁽²⁾	137.084	273.007
Aplicação em Fundos ⁽³⁾	9.312	33.859
Taxa de Administração ⁽⁴⁾	7.115	65.010
Ressarcimento de despesas ⁽⁵⁾	6.231	53.712
Total	159.742	1.524.037

⁽¹⁾ Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, Inciso II.

⁽²⁾ Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, Inciso I, Alínea "c".

⁽³⁾ Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, §1º e Lei n.º 10.332 de 2001.

⁽⁴⁾ Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 8º.

⁽⁵⁾ Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 13.

Pagamentos (regime de caixa)	Jun/2019	Dez/2018
Equalização	-	565.866
Juros sobre empréstimos ⁽¹⁾	244.243	450.769
Amortização de empréstimos ⁽²⁾	168.700	257.437
Retorno de Fundos ⁽³⁾	13.378	173.731
Total	426.321	1.447.803

⁽¹⁾ Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, §2º, Inciso I.

⁽²⁾ Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 12, §2º, Inciso II.

⁽³⁾ Base Legal – Lei n.º 11.540 de 2007, Art. 10, Inciso X.

33.2 FUNTTEL – Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações foi criado em 28 de novembro de 2000 pela Lei n.º 10.052, sendo regulamentado pelo Decreto n.º 3.737, de 30 de janeiro de 2001, com a finalidade de estimular o processo de inovação tecnológica, incentivar a capacitação de recursos humanos, fomentar a geração de empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações, nos termos do art. 77º da Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997.

O art. 2º da Lei n.º 10.052 prevê que o FUNTTEL será administrado por um Conselho Diretor e terá como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, os quais apresentarão, anualmente, nos prazos e nas condições determinadas pelo Conselho Diretor, propostas de seus respectivos planos de aplicação de recursos, por programa, projeto e atividade de seus clientes, bem como de seu plano de acompanhamento. Os recursos do FUNTTEL serão aplicados pelos agentes financeiros, na forma reembolsável e não reembolsável, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Diretor.

No âmbito da Finep, destaca-se as seguintes operações em 2019 com o FUNTTEL:

Pagamentos (regime de caixa)	Jun/2019	Dez/2018
Juros sobre empréstimos ⁽¹⁾	-	450.769
Amortização de empréstimos ⁽¹⁾	25.909	257.437
Total	25.909	708.206

⁽¹⁾ Base Legal – Decreto n.º 3.737 de 2001, Art. 20 e Resolução n.º 66 do Conselho Gestor do FUNTTEL, de 2010, Art. 27.

Recebimento de recursos (regime de caixa)	Jun/2019	Dez/2018
Empréstimo ⁽¹⁾	-	1.098.449
Taxa de Administração ⁽¹⁾	-	65.010
Total	-	1.163.459

⁽¹⁾ Base Legal – Resolução n.º 66 do Conselho Gestor do FUNTTEL, de 2010, Art. 9, § 7º.

33.3 FIPECq – Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do IPEA, do CNPq, do INPE e do INPA

A FIPECq é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, sendo a Finep uma de suas patrocinadoras, conforme detalhado na Nota n.º 36.

A Finep patrocina o Plano de Previdência Complementar (PPC), e, por esse motivo, no curso de 2018 realizou transferências de recursos. As transferências foram realizadas em conformidade com as regras previstas no regulamento do PPC, aprovado pelo órgão de supervisão (Portaria MPS/PREVIC/DETEC n.º 566, de 28 de julho de 2010. Publicado no D.O.U. de 29 de julho de 2010).

Além das transferências sob responsabilidade da Finep, também foram realizados repasses relativos:

- (i) às obrigações de seus funcionários com a entidade de previdência complementar, estes sem ônus para a Finep;
- (ii) às mensalidades do PPC (mensalidade + joia);
- (iii) à parte patronal (apenas sobre mensalidade PPC);
- (iv) às parcelas de empréstimos contraídos por empregados junto à Fundação e descontadas em folha de pagamento.

Repassamos ainda valores descontados dos empregados em folha de pagamento relativos ao Plano denominado FIPECqPrev, de contribuição voluntária. Sobre esses valores não há qualquer contrapartida da Finep.

33.4 Remunerações pagas a empregados e administradores

Para atender à Resolução n.º 03/10 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, informamos a maior e a menor remunerações pagas aos empregados e administradores da Finep (nelas computadas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos), bem como o salário médio dos empregados e dirigentes:

Empregados	(em R\$)
Maior remuneração	46.828
Menor remuneração	4.278
Remuneração média	19.069

Dirigentes	(em R\$)
Presidente	41.504
Diretores	39.527
Conselheiros	3.986

33.5 Telebrás

Em 2014 a Finep aprovou a concessão de financiamento reembolsável para a Empresa Telebrás visando apoiar o Projeto intitulado "*Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas SGDC*", sendo seu saldo devedor em 30 de junho de 2019 R\$ 259.130 mil.

A Finep possui participação acionária na Empresa Telebrás adquirida mediante aporte de capital do Tesouro, conforme Portaria do Ministério da Fazenda n.º 603, de 24 de dezembro de 2013, através da transferência à Finep de 3.231.601 ações ordinárias da TELEBRÁS, ao valor de custo de R\$ 158.348 mil. Ainda segundo a Portaria, coube à Secretaria do Tesouro Nacional – STN definir a quantidade de ações a serem transferidas, garantindo que na operação não houvesse perda do controle acionário da União na Telebrás.

Atualmente a participação da Finep na Telebrás corresponde a 6,52% do seu total de ações.

33.6 Banco do Nordeste do Brasil

O Banco do Nordeste do Brasil – BNB credenciou-se como um dos Agentes Financeiros do Programa Inovacred, em 26 de novembro de 2018, qualificando o Banco técnica, gerencial, financeira e legalmente para avaliar, selecionar e acompanhar projetos reembolsáveis, fiscalizar a utilização dos recursos e efetuar cobrança na execução descentralizada de programas da Finep, podendo operar até R\$ 80.000 mil, respeitada a disponibilidade financeira da Finep, para financiamento de projetos de inovação de empresas.

A Finep possui participação acionária no BNB, adquirida mediante aporte de capital do Tesouro, conforme Portaria do Ministério da Fazenda n.º 603, de 24 de dezembro de 2013, através da transferência à Finep de 1.449.254 ações ordinárias do BNB, ao valor de R\$ 41.652 mil. Ainda segundo a Portaria, coube à Secretaria do Tesouro Nacional – STN definir a quantidade de ações a serem transferidas, garantindo que na operação não houvesse perda do controle acionário da União no BNB.

Atualmente a participação da Finep no BNB corresponde a 1,68% do seu total de ações.

34 ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A estrutura de controles internos e de gerenciamento de riscos da Finep é conduzida por todos os níveis da empresa e possui as três linhas de defesa, quais sejam:

- Primeira Linha: a totalidade das unidades organizacionais da Finep;
- Segunda Linha: Área de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos;
- Terceira Linha: Área de Auditoria Interna

A primeira linha é responsável por elaborar, executar e revisar os controles internos, normativos, planos e processos visando manter a conformidade das atividades sob sua atribuição. Além de reportar tempestivamente as deficiências nos controles internos e executar as ações corretivas e preventivas.

Na posição de segunda linha de defesa encontra-se a unidade responsável pela implantação do processo de gestão de riscos e de conformidade institucional.

Aderente às disposições legais e regulamentares, as ações definidas para os temas Gestão de Riscos e Integridade na Finep, visam ao atendimento, de pelo menos, o disposto nos seguintes normativos:

- (i) Instrução Normativa Conjunta MP/CGU n.º 01, publicada em 11 de maio de 2016, que determinou que os órgãos e entidades do Poder Executivo federal deverão adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, aos controles internos, e à governança;
- (ii) Resolução CGPAR n.º 18, publicada em 18 de maio de 2016, que estabeleceu que as empresas estatais federais deverão implementar políticas de conformidade e gerenciamento de riscos adequadas ao seu porte e consistentes com a natureza, complexidade e risco de suas operações; e,
- (iii) Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016, que reforçou a exigência de a empresa pública adotar regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno e foi regulamentada pelo Decreto n.º 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

Além disso, considerando a relevância do tema, as atividades estão alinhadas às melhores práticas de mercado, tais como a norma ABNT NBR ISO 31000:2009 e o documento *Enterprise Risk Management - Integrating with Strategy and Performance* (2017) emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO).

No papel da segunda linha de defesa, constitui dentre as atribuições da unidade:

- gerenciar os processos de gestão integrada de riscos, de conformidade, de gestão da segurança da informação e comunicações e o Programa de Integridade;
- desenvolver, testar e implementar metodologias e ferramentas para o gerenciamento de riscos, assessorar as unidades administrativas na aplicação das metodologias de gestão de riscos e na elaboração de ações de controles internos;
- verificar a aderência das estruturas, processos, produtos e serviços da Finep ao arcabouço legal, à regulamentação infra legal e, no que couber, aos referenciais de governança aplicáveis aos órgãos e entidades da administração pública federal;
- verificar a aplicação adequada do princípio da segregação de funções, de forma que seja evitada a ocorrência de conflitos de interesse e fraudes;
- coordenar os processos de identificação, classificação e avaliação dos riscos a que está sujeita a Finep;
- coordenar a elaboração e monitorar os planos de ação para mitigação dos riscos identificados, verificando continuamente a adequação e a eficácia da gestão de riscos.

A estrutura de governança de riscos também envolveu a criação de Comitê Executivo para Gestão de Riscos – CGR, sendo uma de suas principais atribuições assegurar a efetividade do processo de gerenciamento dos riscos. Para suportar a estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos, foram emitidos normativos que garantem a formalidade dos processos associados a esses temas.

A política de riscos da Finep apresenta os princípios, diretrizes e objetivos que devem guiar outras políticas, normas, sistemas e processos da Finep e que visam fortalecer o processo de gestão integrada de riscos inerentes às operações da empresa, de forma a minimizar ameaças e incertezas em níveis aceitáveis pela alta administração. Os normativos complementares estabelecem papéis, responsabilidades e atividades em níveis adequados para o funcionamento do processo.

A terceira linha de defesa, constituída pela Auditoria Interna, possui como responsabilidade a aferição da adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento dos riscos. Suas atividades são executadas com base em Plano Anual de Atividades, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração da Finep.

Por fim, os administradores são responsáveis por observar e supervisionar sistematicamente o processo de gestão de riscos e de controles internos estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais a Finep está exposta, visando zelar pela continuidade da operação da Empresa.

1 **RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – COAUD**

2 1º. Semestre de 2019.

3

4 **INTRODUÇÃO:**

5 O Regimento Interno do Comitê de Auditoria (COAUD) da Financiadora de Inovação e
6 Pesquisa (FINEP), aprovado pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2018,
7 caracteriza o comitê como um órgão colegiado auxiliar ao Conselho de Administração, ao
8 qual se reporta com funcionamento permanente e com atribuições previstas no Estatuto
9 Social, Lei no. 13.303/2016 e decreto no. 8.945/2016.

10 Ao Comitê de Auditoria compete, principalmente, opinar sobre a contratação e a destituição
11 de auditor independente; acompanhar o procedimento licitatório para contratação de
12 auditoria independente; supervisionar as atividades dos auditores independentes,
13 avaliando independência, qualidade e adequação dos serviços à FINEP; supervisionar as
14 atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e da
15 elaboração das demonstrações financeiras da FINEP; monitorar a qualidade e a
16 integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das
17 medições divulgadas pela FINEP; avaliar e monitorar as ações de exposição de risco e a
18 adequação das transações com partes relacionadas; assessorar o Conselho de
19 Administração no que concerne ao exercício das funções de auditoria e fiscalização;
20 exercer funções do Comitê de Elegibilidade e publicar, em conjunto com as demonstrações
21 contábeis, resumo deste Relatório de Atividades do COAUD/FINEP.

22 Em cumprimento ao estabelecido no item 13 do Plano de Trabalho do COAUD para o ano,
23 este documento traz um resumo do Relatório COAUD, em conjunto com as
24 Demonstrações Financeiras Semestrais da FINEP, referentes ao exercício de 2019; atende
25 ao Capítulo V, artigo 10, item XVIII do Regimento Interno do Comitê de Auditoria da FINEP
26 e trata dos Assuntos do COAUD acerca das Atividades Desempenhadas pelo Comitê no
27 período de 01 de janeiro de 2019 a 30 de junho de 2019.

28

29 **HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA:**

30 A partir da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria da FINEP (COAUD),
31 deliberada pelo Conselho de Administração da instituição em 26 de junho de 2017

(DEL/CA/029/17), os três membros do Comitê de Auditoria assumiram seus mandatos em 09 de agosto de 2017. Desde então, o COAUD/FINEP tem, em seu segundo ano de mandato, a seguinte composição: **Adriana Baraldi Alves dos Santos** – Membro Coordenador, área do conhecimento Inovação; **Antônio Carlos de Azevedo Lobão** – Membro, área de conhecimento Economia; **Ronaldo Frois de Carvalho** – Membro, área de conhecimento Contabilidade Societária.

Destaca-se que, em cumprimento ao item 26 do Plano de Trabalho do COAUD - Programa de Treinamento, Seminários e Cursos de Curta Duração, que todos os membros do COAUD estão inscritos e participarão da 1ª edição do curso Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles a ser realizado pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) nas seguintes datas: 20 a 23 de agosto e 10 a 13 de setembro de 2019.

Além da INTRODUÇÃO e do HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA DA FINEP, este relatório é constituído conforme estabelece o Capítulo V, artigo 10 – Competências – item XVIII onde, cinco grupos de informações qualificam o conteúdo que devem fazer parte deste relato semestral.

1. ATIVIDADES DO COAUD/FINEP EXERCIDAS NO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 30 DE JUNHO DE 2019:

COAUD reuniu-se em 12 (doze) ocasiões no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2019. Em reunião de 08 de março de 2019, o COAUD apreciou e discutiu as “Demonstrações Financeiras 2018”, mesma data que o COAUD elaborou a Manifestação acerca das referidas demonstrações e encaminhou este documento ao Conselho de Administração.

No período referente a este relatório, o COAUD exerceu todas as atividades previstas em seu plano de trabalho para o ano de 2019.

Mensalmente, tratou dos Assuntos de Gestão tanto referentes às Atas do Conselho de Administração como do Conselho Fiscal, bem como os Assuntos de Ouvidoria, relatórios de ouvidoria e avaliação de efetividade; atos regulamentados pelo Estatuto da FINEP, Artigo 30, incisos XXVI e XXV.

63 Trimestralmente, tratou dos Assuntos Financeiros, acompanhando as Demonstrações
64 Financeiras do exercício em curso, assim como avaliou e acompanhou os trabalhos da
65 Auditoria Independente; as Demonstrações Contábeis das Unidades Gestoras do exercício
66 em curso – FNDCT, FINEP – contratos e convênios e programa de ações especiais –
67 MCTIC/FINEP, FUNTEL; assuntos Financeiros e Operacionais tais como a execução da
68 carteira de crédito (Operações reembolsáveis) e Execução Orçamentária e Financeira do
69 FNDCT (Operações não Reembolsáveis e Subvenção Econômica); Assuntos de Auditoria
70 Interna do PAINT para avaliação da efetividade da Auditoria Interna; Assuntos da Diretoria
71 Executiva; Assuntos de Gestão de Riscos e de Previdência Complementar; conforme
72 estabelece o estatuto da FINEP.

73 Semestralmente, acompanhou o Plano de Providências da FINEP; assuntos de pessoal –
74 passivo trabalhista, bem como assuntos de Previdência Complementar, FIPECq.

75

76 Também entre os temas tratados pelo COAUD no período referente a este relatório estão
77 as Análises e reuniões referentes às atribuições do Comitê de Elegibilidade FINEP que
78 totalizaram oito no período, todas suportadas por análises realizadas pela ACIR, discutidas
79 em colegiado e documentadas em atas individuais.

80

81 **2. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DA**
82 **FINEP, OBSERVADO O DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E**
83 **DESTACANDO AS DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS:**

84 Todos os itens referentes a esta avaliação e contidos no plano de trabalho de 2019 foram
85 cumpridos até a data. Destaca-se o documento Nota Técnica AUDI 02/2019 –
86 Consolidação dos Resultados de Auditoria realizada pela empresa Mirador Atuarial na
87 FIPECq no âmbito da resolução GCPAR no. 09/2016, deliberado pelo COAUD em sua 3ª.
88 Reunião ordinária realizada em 08 de fevereiro de 2019 que gerou a Manifestação acerca
89 do relatório de auditoria da FIPECq elaborado pela empresa de Auditoria Independente
90 Mirador Atuarial.

91 Em 08 de março de 2019, o COAUD manifestou-se acerca das “Demonstrações
92 Financeiras de 2018” e também acerca das “Demonstrações Contábeis de 2018”,
93 endereçando dois documentos específicos e referentes a cada um destes itens ao



Conselho de Administração. Tanto os documentos das “Demonstrações Contábeis de 2018” como os das “Demonstrações Financeiras de 2018”, na opinião dos membros do COAUD refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Empresa FINEP que, nesta data, encontravam-se em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração da FINEP para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da lei.

3. DESCRIÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA DA FINEP, DESTACANDO AS QUE NÃO FORAM ACATADAS, ACOMPANHADAS DE JUSTIFICATIVAS:

Em 24 de abril de 2019, o Chefe de Gabinete da Presidência da FINEP fez parte da 8ª. reunião ordinária do COAUD, onde o tema RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA foi colocado em pauta com o objetivo de estabelecer um calendário junto a Diretoria Executiva que permitisse cumprir o Artigo 10 do regulamento COAUD/FINEP que estabelece entre suas competências, o item XVI “reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria Executiva, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações”. Em 31 de maio de 2019, o COAUD reuniu-se com o Presidente da FINEP, representante da Diretoria Executiva da empresa para tratar da pauta e de um calendário específico para acompanhamento das Recomendações. Por determinação do comitê, nesta data ficou acordado que, enquanto não solucionadas, as recomendações emitidas por este colegiado, estas permanecerão em pauta para acompanhamento das ações. Uma reunião com toda diretoria executiva da FINEP foi agendada para o início do 2º. Semestre de 2019.

A situação em 30 de junho de 2019, das quatro recomendações feitas pelo COAUD em 2018, é a que segue:

- a. **REC/COAUD – 01/2028 (16/04/2018):** COAUD recomenda que a Diretoria Executiva prove instrumento normativo que estabeleça critérios e níveis de competência para assinatura de contratos e outros documentos que determinem a constituição ou extinção de obrigações em que for parte a FINEP, que este instrumento normativo considere a

obrigatoriedade de assinatura de, pelo menos dois Diretores. Em resposta a esta recomendação, foi encaminhado ao COAUD à documentação que normatiza os critérios atuais, justificando os critérios da FINEP.

- b. **REC/COAUD – 02/2018** (24/04/2018): COAUD recomenda que a Diretoria Executiva constitua comissão interna de sindicância para apuração da denúncia recebida pelo canal de Ouvidoria, geradora desta recomendação, e itens a serem tratados por esta sindicância. Em resposta a esta recomendação, foi encaminhado ao COAUD o MEMO/AGEP/065/2018 (11/10/2018) endereçando a Nota Técnica DEAP no. 010/2018 com detalhamento e plano de ação referente à normatização da empresa com relação aos Reembolsos Odontológicos, sem - no entanto - apontar ações acerca da constituição de uma comissão interna de sindicância.

- c. **REC/COAUD – 03/2018** (24/04/2018): COAUD recomenda caso ainda não iniciado, aplicação CPC 47 e CPC 48, além da apresentação de eventuais impactos da revisão da CPC 06. Esta recomendação foi atendida e seus esclarecimentos apontados em Nota Técnica conjunta DCNT1/DCOB/DAOC/DGIR/CGAR/73/18 (14/01/2019).

- d. **REC/COAUD – 04/2018** (08/11/2018): COAUD recomenda que as áreas responsáveis pelas ações apontadas no Relatório de Recomendação da Auditoria Independente para o exercício de 2017 reportem, formalmente, as providências tomadas até a data para os casos de não cumprimento das recomendações. Esta recomendação segue em pauta para acompanhamento do COAUD que toma por base, além das ações apontadas no Relatório de Recomendações da Auditoria Independente, também as Notas Técnicas DPLR 001 e 003/2019; MEMO DADM 026/2019; MEMO DRFC 03/2019.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E INTERNA, INCLUSIVE QUANTO À VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE DISPOSITIVOS

156 **LEGAIS, REGULAMENTARES E NORMATIVOS INTERNOS, DESTACANDO AS**
157 **DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS:**

158 Item acompanhado com a frequência estabelecida no plano de trabalho COAUD/2019 e
159 considera os apontamentos referentes à REC/COAUD – 04/2018 (08/11/2018) cuja
160 situação, em 30 de junho de 2019, está relatada no item 3.d. deste Relatório Semestral.

161 A Manifestação acerca do RAINT 2018 foi emitida na reunião ordinária do COAUD
162 realizada em 08 de fevereiro de 2019 quando os membros do Comitê opinaram que o
163 RAINT 2018 estava em condições de ser apreciado pelo Conselho de Administração da
164 FINEP.

165 A Manifestação acerca do Relatório de Auditoria FIPECq realizado pela empresa Mirador
166 Atuária foi emitida na reunião ordinária do COAUD realizada em 08 de fevereiro de 2019
167 quando os membros do Comitê opinaram que o referido relatório estava em condições de
168 ser apreciado pelo Conselho de Administração da FINEP e recomendou esforços para o
169 atendimento das recomendações e sugestões apontadas pela empresa Mirador Atuária,
170 com especial atenção àquelas relativas ao Plano de Investimento, aos Créditos de Rateio
171 do Custeio e às Despesas Administrativas, que foram consideradas elevadas quando
172 comparadas com planos similares.

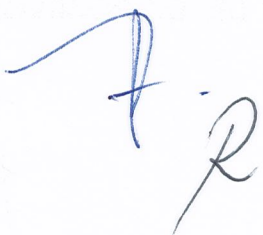
173 Até 30 de junho de 2019 permanece em pauta das reuniões do COAUD, entre os Assuntos
174 de Previdência Complementar, a apreciação do “FIPECq - Plano de Ação sobre
175 apontamentos encontrados em Relatório de Auditoria Externa”. O tema tem sido
176 acompanhado junto com a Superintendência da Área de Gestão de Pessoas (AGEP).

177

178 **5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
179 **CONTÁBEIS REALATIVAS AO PERÍODO, QUANTO À APLICAÇÃO DAS**
180 **PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL, DESTACANDO AS**
181 **DEFICIÊNCIAS IDENTIFICADAS.**

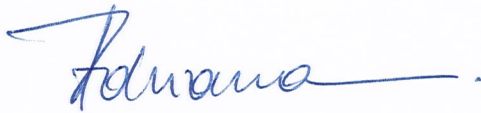
182 Item acompanhado com na frequência estabelecida no plano de trabalho COAUD/2019 e
183 considera os apontamentos referentes à REC/COAUD – 03/2018 (24/04/2018) cuja
184 situação, em 30 de junho de 2019, está relatada no item 3.c. deste Relatório Semestral.

185



**PARECER DO COMITE DE AUDITORIA ACERCA DAS DEMOSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DO 1º. E 2º. TRIMENSTE DE 2019:**

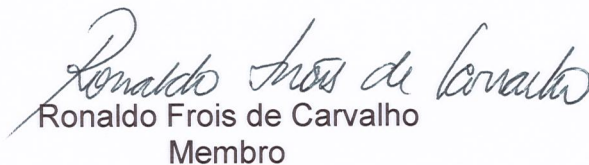
Os membros do Comitê de Auditoria da FINEP, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras Intermediárias, acompanhadas do relatório dos auditores independentes relativo ao 1º. Semestre do exercício social de 2019 e, considerando as informações prestadas pelo representante da Administração da Companhia e pela Taticca Auditores Independentes S.S., opinaram, por unanimidade, que estas atendem as práticas contábeis adotadas no Brasil para Demonstrações Financeiras Intermediárias e neste sentido, estão em condições de serem apreciadas pelo Conselho de Administração da FINEP.



Adriana Baraldi Alves dos Santos
Membro Coordenador



Antônio Carlos de Azevedo Lobão
Membro



Ronaldo Frois de Carvalho
Membro

